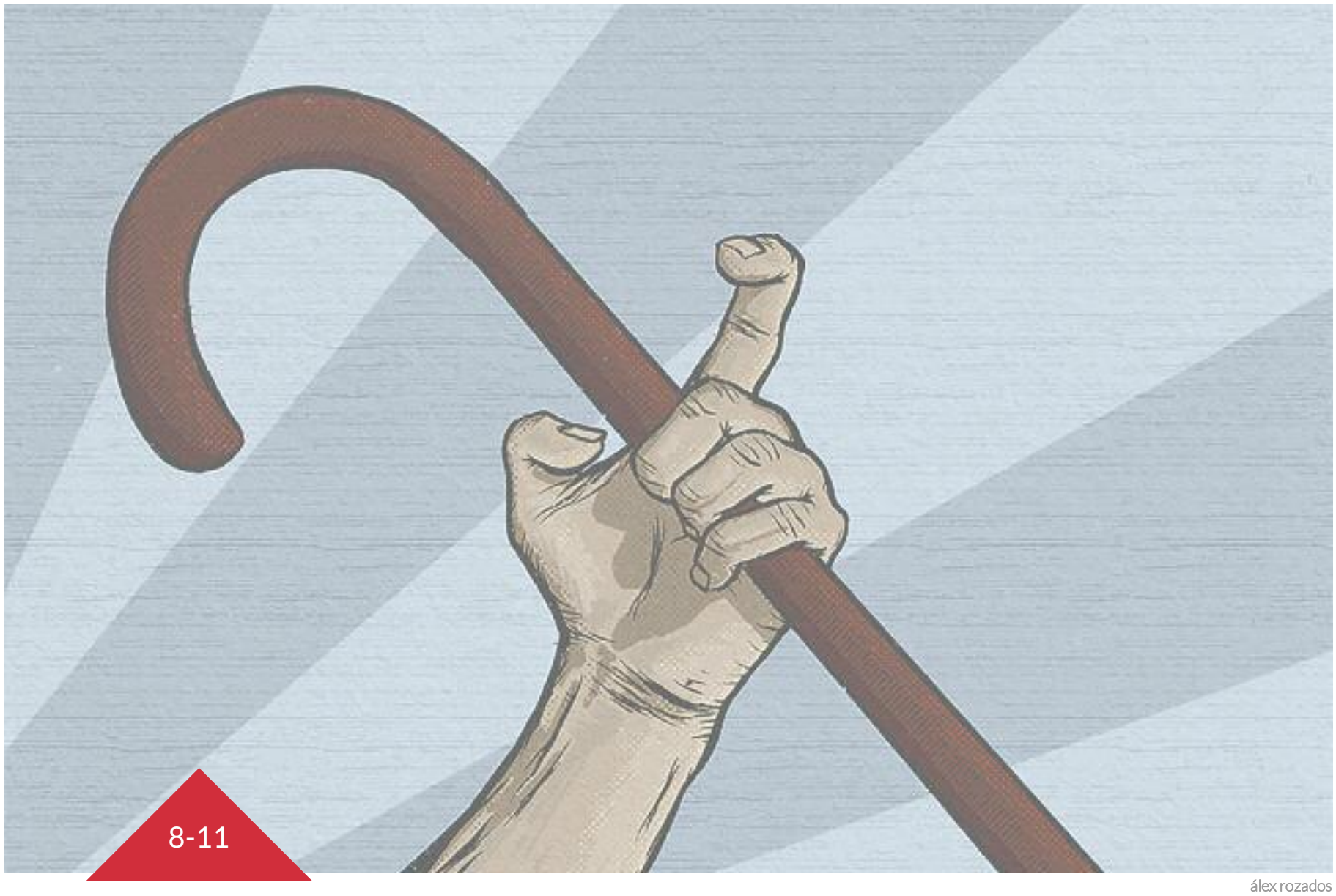
novas da galiza

número 185
Janeiro 2020
3 euros

em movimento
Rede por um Rural Vivo contra os parques eólicos 12

panóptico
Entrevista ao ex-preso Carlos C. Varela 14

corpos
Autodeterminaçom de género, realidade trans 16



álex rozados

8-11

Luita em defensa das pensons

Esta é umha batalha contra a reapropriaçom por parte do capital sobre os bens comuns. Desde as reformas neoliberais dos presidentes Zapatero e Rajoy, levam organizando-se mobilizaçons, protestos e resistência contra a destruçom do sistema público de pensons. Falamos com algumhas das pessoas mobilizadas em defesa destas prestaçons.

CORPOS / **18**

Vitória em Verim: reabre a sala de partos

A comarca de Monte Rei reagiu perante o feche da sala de partos do hospital de Verim no passado 1 de dezembro com mobilizaçons sem precedentes, alicerzado em três pedras angulares: o feminismo, a saúde pública e a oposiçom ao desmantelamento do rural. Os protestos incluírom umha manifestaçom de 20.000 pessoas nas ruas de Verim. Depois de dous meses de luita a Conselharia de Saúde viu-se obrigada a dar marcha atrás, a pressom social conseguiu a cobertura das duas vagas de pediatria, o que permitiu reabrir a sala de partos.

CONSELHO DE REDAÇOM/ Aarón L. Rivas, Alba Moledo, Charo Lopes, Isaac Lourido, Elena Martín Lores, Maria Álvares, Maria Rodinho, Raquel C. Pérez, Xian Naia S., Xoán R. Sampedro.

OPINIOM/ Isaac Lourido
OS PES NA TERRA/ Aarón L. Rivas
O BOM VIVER/ Conselho de Redaçom

CORREÇOM LINGÜÍSTICA/ Xian Naia S., Fernando V. Corredoira, Vichu García Torea, Rosa Casais, André Taboada Casteleiro
MAQUETAÇOM/ Novas da Galiza
COORDENAÇOM DE IMAGEM/ Charo Lopes
ADMINISTRAÇOM/ Miguel Valcarcel

COLABORAM NESTE NÚMERO/ Álex Rozados, Eduardo Vigo, Teresa Moure, Bruno Lopes Teixeiro, Xandra Táboas, Pablo Santiago, Daniela Ferrández, João Aveledo, Iratxe Retolaza, Ena Barbazán, Cris G. Parga, Carlos Quiroga.

FECHO DE EDIÇOM 27/01/2020

EDITA/
Associaçom Cultural Minho Media

SUBSCRIÇONS/
assinantes@novas.gal

Os conteúdos deste jornal som de livre reproduçom, sempre que se citar procedência e se respeitar a opçom normativa

DEPÓSITO LEGAL / C-1250-02

EDITORIAL / Da luita das pensons

Em anos de avanço do ideário neoliberal, a consolidaçom de umha luita com alto componente de solidariedade de classe, como é a defesa do sistema público de pensons, é umha pequena vitória. É esta umha batalha dentro de um conflito mais amplo: a luita de classes contra a reapropriaçom por parte do capital dos bens comuns. Assim, as pensons som umha gorentosa quantidade de dinheiro a incorporar nos fluxos de financiamento, dando pulo ao movimento da ciranda do capital por cima dos direitos da classe trabalhadora. O interesse do grande capital está numhas pensons públicas débeis que obriguem às trabalhadoras a contratar planos de pensons privados sem o caráter redistributivo do sistema público e a custo dos mercados internacionais em que o seu dinheiro será investido.

A solidariedade nom pode ficar só na luita contra a privatizaçom, senom também contra as discriminaçons presentes num sistema de pensons que, ainda merecendo a pena defender, continua a reproduzir desigualdades e opressons estruturais. Entre elas encontra-se o patriarcado, que se evidencia na grave fenda de género existente nas quantidades das pensons. A pensom meia das mulheres galegas situa-se por baixo do limite da pobreza, sendo ainda menor a quantidade que recebem as mulheres do rural.

Esta batalha, como todas as da luita de classes, estám a ter lugar aqui e agora. A nível europeu, os protestos da França, onde a reforma que propom o presidente Macron pretende transformar profundamente o seu sistema público de pensons, estám a evidenciar a necessidade da luita das classes trabalhadoras para a defensa dos direitos sociais perante umha ofensiva neoliberal que, após a destruiçom do estado de bem-estar, semelha optar por deixar um cenário o mais abatido possível.

Nom é só na França. Também no nosso país, desde as reformas neoliberais dos presidentes Zapatero e Rajoy, organizam-se mobilizaçons, protestos e resistências contra a destruiçom do sistema público de pensons. Assim, tenhem-se conseguido algumhas concessons por parte dos governos encabeçados polo PSOE, mas insuficientes para as suas reivindicaçons. Porém, o mais importante é a existência, num momento em que as formas de organizaçom se tornam mais líquidas, deste movimento que puido nascer das estruturas de solidariedade que a classe trabalhadora soubo construir na sua luita, de centrais sindicais a redes informais.

alto falante
altofalante@novas.gal

Umha intermodal digna para Ourense

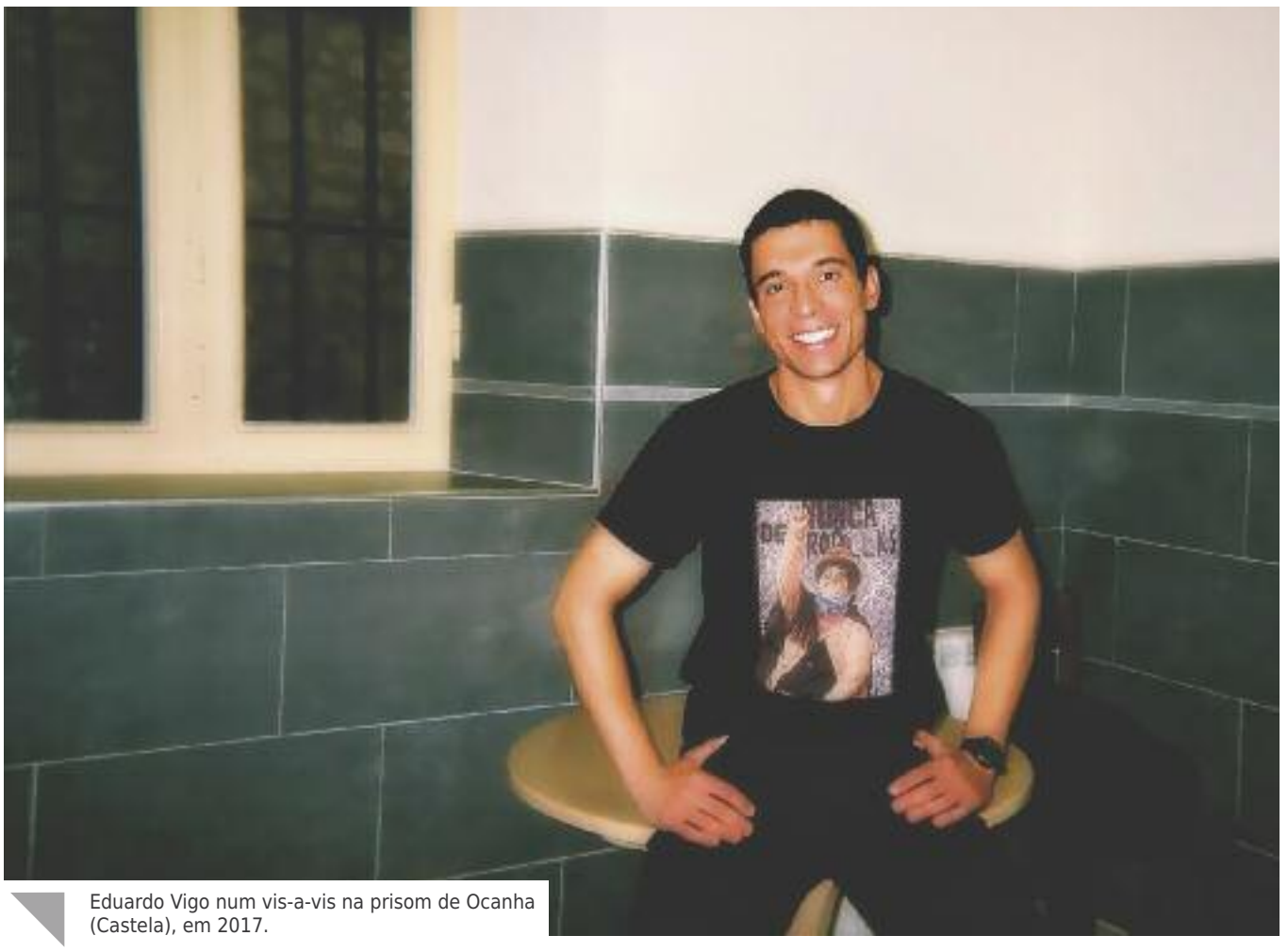
Ourense é a terceira cidade de Galiza em número de habitantes. Ademais das pessoas que vivem na cidade a Estaçom Intermodal dará serviço a umha área em que vivem mais de 300.000 pessoas e será a porta de entrada da gente que nos visite.
Nom temos porto nem aeroporto, polo que o caminho de ferro e a Intermodal som a principal infraestrutura de comunicaçom de Ourense.
Esta obra é a mais importante dos vindoiros 100 anos em matéria de transporte e comunicaçom, e nom podemos permitir-nos umha má planificaçom que a deixe insuficiente e obsoleta em poucos anos, como acontece com a atual estaçom de autocarros.
O projeto inicial localizava as vias ao norte da atual estaçom, liberando espaço para a cidade e favorecendo a mobilidade entre os bairros.

Mas a atual mistura de três projetos diferentes apresentado por ADIF e a Junta, condena o bairro a permanecer dividido, e vai provocar um caos circulatório na contorna da estaçom. Esta atuaçom propom grandes muros, escadas e circulaçom de autocarros em volta dum centro de saúde.
Por isso reclamamos à Conselharia de Infraestruturas e Mobilidade, à ADIF, ao Ministério de Transportes e ao Concelho de Ourense que se retifique o projeto e se volte ao inicialmente previsto.

Esta obra é a mais importante dos vindoiros 100 anos em matéria de transporte e nom podemos permitir-nos umha má planificaçom

Porque Ourense merece umha Estaçom Intermodal Digna. Nem mais nem menos.

Plataforma Trem Digno Ourense /



Eduardo Vigo num vis-a-vis na prisom de Ocanha (Castela), em 2017.

Nom nos entendem, nom

EDUARDO VIGO DOMÍNGUEZ

Há umhas semanas Teto e mais eu atravessámos o umbral dos oito anos encarcerados e decidim-me a quebrar pontualmente a discreta resistência diária que vem caracterizando o meu périplo carcerário.

Invariavelmente, o passo dos anos converte as imagens dos presos políticos num elemento acompanhante, quase ornamental, dos nossos espaços de convívio e de açom política. Nom pode ser doutro jeito, a vida prossegue ao seu ritmo, cada vez mais frenético, e daríamo-nos por satisfeitos se os nossos nomes e rostos fossem testemunhos de fidelidade à Galiza e estímulo de novas luitas. Mas, a estas alturas, confesso pessoalmente que a minha vivência atual situa-se fora de pretensons sócio-políticas, quando menos no curto prazo, e cobra pleno sentido na vontade de exercer a insubornável liberdade de espírito, insubmisso a qualquer cálculo de rendibilidade pessoal ou transaçom política.

A minha vivência atual cobra pleno sentido na vontade de exercer a insubornável liberdade de espírito, insubmisso a qualquer cálculo de rendibilidade pessoal ou transaçom política

Sabemos que o nosso prolongado encarceramento responde à decisom político-repressiva de converter-nos em exemplo dissuasório, representando nas nossas vidas o escarmento a toda umha geraçom de jovens forjada na luita independentista em finais da década de 90 e começos de século XXI, que assumiu um compromisso militante que já nom se estilava no nosso contexto geopolítico.

Hoje assistimos ao esfarelamento do corpo social, ao naufrágio da vida em tempos de precariedade totalizadora, de perda de referentes identitários, tradiçons e valores honoráveis baixo a divisa da valorizaçom económica de todos os aspetos da existência. O controlo social absoluto e o domínio mental massivo a través da cibernética e do cálculo algorítmico, junto à hipertrofia punitiva, debuxam-nos um cenário de "democracia tele-dirigida" invejável para qualquer ditadura fascista.

A mentira ganha terreno nesta sociedade líquida, fragmentada, desorientada e consequentemente deprimida, onde cada sujeito busca desesperadamente um salva-vidas particular tam ilusório como real é o caos civilizatório que nos tem reservado este capitalismo agónico.

O nosso prolongado encarceramento representa o escarmento a toda umha geraçom de jovens forjada na luita independentista em finais da década de 90 e começos de século XXI

Frente a esta distopia feita realidade, a decisom de nom claudicar, de mantermo-nos coerentes, com todo o que nos identifica e nos situa no mundo é um exercício radical de liberdade que segue dando sentido à própria vida.

Nom nos entendem, nom. Os inquisidores 2.0, os assalariados da repressom, os mercenários da dor incapazes de imaginar um mundo mais alá da imperante razom instrumental, segundo a qual todo deve submeter-se ao benefício imediato e ao rédito individual, olham desconcertados o nosso percurso fora do seu decadente espetáculo de luzes de natal, smartphones, redes sociais e embriagamento consumista.

Nom compreendem o compromisso como voluntários da liberdade que é recompensado com a irmandade patriótica e revolucionária e com a consciência tranquila, e isto nom entende de números nem de contas, nem está em oferta algumha do *Black Friday*.

A cadeia peneira todo o mundo. Nós, a nossa gente e o nosso movimento. É certo que algumhas pessoas ficárom no caminho mas a prisom também nos agasalha com a solidariedade verdadeira, com a amizade real e sacrificada, com uns vínculos a prova de lume em que sustentamos a nossa comunidade de vida e de luita. Nesse valor incomensurável reside a esperança de qualquer liberdade coletiva.

Irmás, irmaos, apertas!.

Eduardo Vigo Domínguez é um preso independentista galego.

josé manuel casal

Na era pós-Prestige

TERESA MOURE

Em 2002 produzia-se na Galiza, por oitava vez nas últimas décadas, o naufrágio dum navio com substâncias contaminantes. As imprudências e a falta de legislação somadas ao efeito dos temporais deixam poluídas as nossas costas periodicamente e tornam-nos na região costeira do mundo mais afetada por esta desordem da intervenção humana na natureza, que não é acidental. Na altura, os acontecimentos foram retransmitidos quase em tempo real, visto que o tristemente célebre Prestige foi tratado como um episódio de guerra; criava o mesmo alarme, a mesma inquietude. Aquele episódio foi fulcral na tomada de consciência política de muitas galegas: 300.000 manifestantes sob uma chuva inclemente testemunhavam um descontentamento feroz. O Prestige mobilizou uma sociedade sempre retratada como obediente; organizou uma insubmissão.

O barulho social subsequente foi tão imenso quanto impossível de reproduzir porque, enquanto se erguia o movimento *Nunca Mais*, o mundo não iria deter-se e os protestos iriam confluir com a oposição contra a guerra do Golfo. A solidariedade exterior chegou através dum forte movimento de voluntárias prontas a apanhar o fuel. No entanto, muitas vozes lamentámos tantos minutos televisivos a cantar a fraternidade. Pior teria sido que fôssemos ficando sós o mar, o barco e mais nós, mas o importante era pôr em pé de luta um país maltratado, com péssimos governantes que tomavam decisões incontornáveis. A política não se faz com emoções, mas com análises e, portanto, os acontecimentos não demandam simples soluções; estão aí, à nossa vista, e podem servir para pormos às avessas a história. O navio partido a ser engolido pelo mar, as cadeias solidárias de mãos dadas, os uniformes e mascarilhas, o terror petrificado nos olhos do artista Man, aqueles pássaros com as asas impregnadas de petróleo gravaram-se nos nossos arquivos mentais. Há qualquer cousa de solene quando pessoas que nem se conhecem partilham uma memória coletiva que se incorpora a elas para sempre.

> *O Prestige foi tratado como um episódio de guerra, criava o mesmo alarme, a mesma inquietude, e foi fulcral na tomada de consciência política de muitas galegas*

Enquanto a mobilização popular limpava como podia as costas, as elites, que perderam o controlo da situação e reagiram com absoluta negligência, contentavam-se com emitir normas de estilo: devia evitar-se a expressão *maré negra*; apenas eram *manchas dispersas*; uns *fios com aspeto de plastilin*a. O ridículo das autoridades parecia apontar o começo do seu *desprestige*. No entanto, o dirigente que usara as tais imagens para pré-escolares, Rajoi, chegaria a presidente do estado votado de maneira maciça. A derrota do vertido viu-se acrescentada por outra: a dos ideais emancipadores, a da confiança na sociedade comum. Ainda estamos aí.

A resposta popular articulou-se através da plataforma *Nunca Mais*, cujos manifestos reclamavam responsabilidades meio-ambientais, judiciais e

Muitos dos corpúsculos feministas, ecologistas e independentistas sentiram que a bandeira galega sobre fundo negro ondeava com escassas argumentações ecológicas e foram evoluindo para posicionamentos descridos das organizações

phottic

políticas. Mas o termo *meio-ambiental* soava light; conceitualmente pouco definido. Insistiam nas consequências económicas do que chamavam de tragédia. Uma tragédia é um fio de desgraças orquestrado a sós, por um capricho funesto do acaso; aquilo era resultado de não se aplicarem legislações que proibissem as mercadorias perigosas se aproximar das costas. Como a Galiza tinha uma importante economia pesqueira e um crescente setor turístico, é claro que o vertido prejudicava postos de trabalho e riqueza. Afetava a economia, os chamados de *setores produtivos*. Mas, a ecologia estava presente? Não se insistia na morte de organismos vivos, nem no direito a termos águas limpas e paisagens com que nos deliciar, nem muito menos nos deveres que temos relativamente à natureza, nomeadamente o de a preservarmos. Não se falava do desfrute psicológico e afetivo do mar. Conformávamo-nos com justiça restaurativa e com subvenções por zona catastrófica. O discurso ecologista nunca chegou a abrir-se passo, não sendo por bocas isoladas, duma maneira organizada e sistemática. Ficamos desprestigiados, no sentido de não termos o Prestige à vista, porque estava fundido e felizmente selado, diziam, e também no sentido de não desenvolvermos uma reflexão profunda. Este país, onde a industrialização tinha chegado tarde e mal, onde a cultura rural estava ainda presente, podia ter respondido a experimentar alguma via diferente do produtivismo capitalista e ser vanguarda num novo relacionamento com a natureza. Chamamos o caso de *calamidade*, de *catástrofe*, de *desgraça*, como se não soubéssemos que esses termos restam culpa aos culpados. O Prestige pôde ter sido um momento para criar maior coesão social e bem-estar. Perdemos essa oportunidade.

Muitos dos corpúsculos feministas, ecologistas e independentistas que na Galiza fazem parte da alternativa ao poder em termos de política real sentiram que a bandeira galega sobre fundo negro ondeava com escassas argumentações ecológicas e foram evoluindo para posicionamentos descridos das organizações. Esperavam que a ação política não se vinculasse só aos interesses de grupos diversos, que os procedimentos fossem mais participativos e partilhados. Era uma crise singular: como se várias décadas de aparente democracia tivessem fraguado alternativas tremendamente exigentes, maduras e com capacidade para uma crítica rica em matizes que encontrou as organizações clássicas desacauteladas. Dalguma maneira, o Prestige foi o nosso 15M, oito anos antes. Contra a ideia de andarmos atrasadas, tudo o que acontece em qualquer momento em Madrid, sempre tem um avanço na Galiza. Infelizmente, não conseguimos rendibilizar essa intensidade política que em potência temos.

Talvez fique ainda a possibilidade de reorientar aquele episódio para uma visão de mundo mais ecocêntrica para influir na sociedade e incidir na tomada de decisões

O Prestige não implicou uma virada ecológica. Nem sequer conseguiu integrar a natureza no campo da ação política nem nos estudos científicos especializados. Nos anos seguintes o assunto foi pouco tratado do ponto de vista do pensamento e, curiosamente, as ciências salientaram a incrível capacidade de regeneração demonstrada pelo mar, como se os tóxicos se tivessem volatilizado. Talvez fique ainda a possibilidade de reorientar, na lenta reflexão das humanidades, aquele episódio para uma visão de mundo mais ecocêntrica, para influir na sociedade e incidir na tomada de decisões. Agora que o clima nos preocupa mais, agora que juventude europeia arvora novas mensagens, agora que no mundo a ciência parece convicta da necessidade de imprimirmos uma mudança, agora que o colapso energético assoma a sua silhueta, o Prestige está ao nosso dispor na memória recente para não cometer mais disparates. O problema foi mal abordado, por parte das autoridades e, também, por parte da sociedade civil, que não conseguiu armar-se em defesa de valores alternativos nem encenar na ação política e ética algumas subjetividades alternativas. Falta é tempo. Sobram tóxicos nas nossas costas para nos colocar em pé de guerra, para dar prestígio ao que foi uma narrativa desprestigiada.

Teresa Moure é professora da Universidade de Santiago de Compostela e escritora.

leandro lamas

O Apalpador, cultura e pressom do capital

BRUNO LOPES TEIXEIRO

Passárom-se já 11 anos desde aquele Natal de 2008, em que a Comissom de História da Gentalha do Pichel iniciava a redescoberta da figura do Apalpador. Mais de umha década que nos dá perspetiva para fazermos umha avaliaçom do que significa, nos dia de hoje, o velho carvoeiro no Natal galego.

Devemos partir de dous objetivos que se marcárom polo movimento associativo quando se decidiu resgatar o Apalpador. Em primeiro lugar, saber se conseguimos socializar umha das tradiçons galegas mais ancestrais. E, por outra parte, se a presença deste mito conseguiu reverter o consumismo próprio destas datas.

A respeito da primeira questom, se observarmos a trajetória da presença do Apalpador na programaçom das festas do associacionismo, dos concelhos e nas escolas durante esta última década, podemos afirmar que o objetivo está cumprido. Conseguiu-se, com umha rapidez assombrosa, graças ao trabalho militante e também ao bom acolhimento por parte das Equipas de Normalizaçom Lingüística e do professorado difundindo o Apalpador nas escolas.

A reconstruçom desta figura arcaica ligou-se a um discurso anticapitalista, mas nom conseguimos ligar esse discurso anticonsumista à prática

Porém, nom foi um caminho fácil. Superámos os ataques do espanholismo a umha figura que representa, para eles, umha Galiza que pom em risco o seu projeto de construçom de naçom espanhola. Mais umha vitória do movimento popular na batalha dos símbolos.

Quanto à segunda questom, som algo pessimista. A reconstruçom desta figura arcaica ligou-se a um discurso anticapitalista, antagónico com o exacerbado consumismo natalício. Certo é que o velho carvoeiro nom é ainda o protagonista da campanha do Natal do *El Corte Inglés*, mas também é certo que nom conseguimos ligar esse discurso anticonsumista à prática. Em muitas casas, a *PlayStation4*, o último CD de Uxia Lambona ou a equipaçom do Depor já nom som trazidos polo Pai Natal nem polos Reis Magos. O Apalpador deixou de fazer brinquedos de madeira e compra em Amazon e nos centros comerciais.

Haverá que refletir sobre por que se impom, muito além da vontade dos pequenos núcleos militantes que lançárom a recuperaçom do Apalpador com um significado concreto, a natureza de consumismo irracional que caracteriza o sistema.

Adianto para o debate umha possível explicaçom. Tal como as supostas "finanças éticas" som subsumidas pola maquinária financeira do capital, ou como as ONG se reduzem a sucedâneos dos serviços sociais abandonados polos poderes públicos, também os apelos ao consumo responsável som afogados pola incorporaçom de cada vez mais âmbitos da vida social à produçom e circulaçom de mercadorias.

Parece claro que nom há saída cultural à esmagadora imposiçom da lógica mercantil em todas as áreas da reproduçom social. A cultura é só mais um âmbito em que a pressom do capital se impom nas nossas práticas e rotinas do dia a dia... e nem o Apalpador pode evitá-lo.

Sem deixarmos de fomentar umha constante atividade crítica nas nossas práticas culturais, devemos também tomar consciência de que só a definitiva superaçom material do capitalismo como um todo possibilitará que vivamos umha cultura verdadeiramente livre.

Bruno Lopes Teixeiro é membro da Fundaçom Artábria.

Vigésima marcha a Teixeiro

REDAÇOM / Na manhá de 18 de janeiro o movimento libertário convocava a vigésima Marcha a Teixeiro, em solidariedade com as pessoas presas, para berrar contra as cadeias e a lógica punitivista da sociedade carcerária. A marcha convocava-se reclamando o fim das torturas, a erradicaçom dos FIES, o fim da dispersom ou o esclarecimento das mortes em prisons.

Estivo presente entre os berros das manifestantes a memória de Pedro Escudero Gallardo, que em maio de 2019 morreu queimado na sua cela da mesma prisom da comarca das Marinhas, onde também sofreu as torturas da instituiçom o preso anarquista Xosé Tarrío, presente nas faixas.

Baixo a chuiva e o frio repartírom-se panfletos em relaçom à acusaçom a companheiras pola convocatória da marcha em 2013, pola qual pedem três anos de prisom a umha delas.

Fotografias: Xandra Táboas

MOVIMENTOS / A LUITA POR UMHAS PENSONS DIGNAS

vicente

A luita das pensons, umha questom de classe

aarón l. rivas
aaronlrivas@novas.gal

"A proteçom social é umha questom política que depende da correlaçom de forças entre as classes sociais que estruturam cada sociedade". Assim se exprimia o economista Xabier Pérez Davila no seu livro 'A batalla polas pensións (1981-2013)', obra em que alertava da ofensiva neoliberal em curso contra os bens comuns e expunha a viabilidade económica e social de um sistema de pensons público. Falamos com algumhas das pessoas que se estám a mobilizar em defesa do futuro destas prestaçons para conhecermos um pouco melhor este movimento em que participam sindicatos e organizaçons autónomas.

Os mais recentes cortes nas pensons produzírom-se nos anos 2011 e 2013. O primeiro deles foi através de um decreto emitido polo governo do socialista Rodríguez Zapatero, polo que se ampliava progressivamente a idade de jubilaçom, dos 65 aos 67 anos para 2027, assim como ampliar também os anos trabalhados para calcular a base reguladora da pensom. Assim se iniciava a adaptaçom do sistema de pensons às exigências atuais do regime neoliberal. A de 2013, promovida polo governo do popular Mariano Rajoy, estabelecia o crescimento anual dos pagamentos em 0,25% e introduzia também o chamado 'fator de sustentabilidade', o qual ligaria a quantidade a cobrar à esperança de vida da pessoa no momento de se retirar do trabalho.

Os últimos anos de governo com o socialista Pedro Sánchez à cabeça, encontrou-se com um forte movimento de mobilizaçom por parte de pensionistas na rua e fijo alguns movimentos para paralisar os elementos mais polémicos da reforma de 2013, deixando intacta a de 2011. Assim, aprovou-se cada ano a revalorizaçom das pensons segundo o IPC desde o 2018 -à falta ainda da redaçom de um texto legal que modifique a reforma de 2013- e aprazou-se a aplicaçom do 'fator de sustentabilidade' até o ano 2023, ficando ainda como umha espécie de espada de Damocles sobre o futuro do sistema público de pensons.

A recente revalorizaçom aprovada de um 0,9% -adequada às previsons de crescimento do IPC- em 2020 é insuficiente para as reclamaçons dos movimentos em defesa de umha pensom digna. Assim, entre as suas reivindicaçons encontra-se a suba das pensons mais baixas até atingir o salário mínimo inter-profissional (SMI).

A necessidade de se organizar

Na Galiza, as mobilizaçons em defesa do sistema público de pensons levam anos a convocar-se a partir de organizaçons nascidas da classe trabalhadora. Por um lado, sindicatos como a

MOVIMENTOS / A LUITA POR UMHAS PENSONS DIGNAS

A aplicaçom do 'fator de sustentabilidade' encontra-se aprazado até o ano 2023, ficando ainda como umha espécie de espada de Damocles sobre o futuro do sistema público de pensons

CIG criárom já no 2011 um coletivo de pessoas jubiladas e pensionistas que realizou mobilizaçons periódicas; e por outro, nascêrom também organizaçons como Modepen, de caráter plenário, que fôrom coordenando a sua luita com outros coletivos de pensionistas do resto do estado.

Guillermo Fontán tem 79 anos, tanta energia como em anteriores etapas da sua vida e é presidente da Modepen. A sua trajetória sindical remonta-se a umha das datas chaves do movimento operário na cidade de Vigo: o 1972. Lembra que naquele ano o que fazia que a base social se mobilizasse "era um sentimento de solidariedade com companheiros e companheiras sancionadas em outras empresas". "Pertencim a um estaleiro que se chama Ascón e ninguém se lembra mas tivemos umha greve de sete meses e meio, de 2000 trabalhadores, em 1978. Eu fum mais um militante", expóm Fontán.

Assim, este ativista -também ex-sindicalista- explica que Modepen nasceu graças aos vínculos que em todos esses anos de história do movimento operário viguês estivérom a tecer-se entre militantes de diferentes experiências políticas e sindicais. "O que acontece é o que aconteceu sempre na história", explica este trabalhador, "a classe proletária sempre que quijo melhorar as suas condiçons de vida tivo que organizar-se e mobilizar-se, e isso é o que intentamos fazer com um esquema organizativo amplo e assemblear".

Modepen nasceu em 2015 e em 2016 participava da fundaçom da Coordenadora estatal pola defensa do sistema público de pensons. Fontán considera que a presom social exercida por estes organismos foi decisiva para que o governo decidisse revalorizar anualmente as pensons segundo o IPC ou mesmo que se paralisasse o discurso arredor da eliminaçom de umha paga extra. "Demonstramos que sim que se podiam subir os pagamentos em funçom do IPC, quando se está a falar constantemente de reformas que sempre som para pior. A sociedade avança económica e tecnologicamente, mas as reformas som só para precarizar as condiçons de vida da classe trabalhadora e é contra isso que nos rebelamos", afirma Fontán.

O sistema é sustentável

Xosé Fortes forma parte do coletivo de pessoas jubiladas e pensionistas do sindicato nacionalista CIG. Este coletivo nasceu em 2011, quando era preciso organizar a resposta ao decreto de Zapatero, mas foi mais recentemente que este ex-professor se somou a ele. Fortes tem 62 anos e a sua trajetória sindical remonta-se a começos de '80, "depois de rematar o serviço militar", lembra. No seu tempo de experiência docente, primeiro como interino e depois com vaga ao aprovar as oposiçons, mobilizou-se por um emprego digno no ensino público. "Ainda que houve melhoras, com a crise também houve umha reduçom importante das nossas condiçons de trabalho e também salariais. Agora que estou jubilado penso seguir luitando, reivindicando umhas pensons dignas, em que todo o mundo achegue segundo as suas possibilidades e que receba umha pensom que permita viver dignamente", manifesta Fortes.

Desde o coletivo de pessoas jubiladas e pensionistas venhem mobilizando-se por umhas pensons dignas e públicas. Fortes assinala que existe umha grande diferença entre os pagamentos máximos e mínimos. Em dezembro, a pensom bruta mínima com um conjugue a cargo estava nos 835,80 enquanto a máxima bruta situava-se em 1659 euros. "Há que equilibrar mais as pensons. E aque-

Guillermo Fontán (Modepen): "A classe proletária sempre que quijo melhorar as suas condiçons de vida tivo que organizar-se e mobilizar-se, e isso é o que intentamos fazer com um esquema organizativo amplo e assemblear"

"A sociedade avança económica e tecnologicamente, mas as reformas som só para precarizar as condiçons de vida da classe trabalhadora e é contra isso que nos rebelamos"

MOVIMENTOS / A LUITA POR UMHAS PENSONS DIGNAS

xoán rey

las pessoas que precisem de umha ajuda do estado deveriam completá-la para que chegasse arredor do salário mínimo interprofissional, uns 1000 euros", expóm Fortes.

Assegura Fortes também que é o sistema de pensons é viável e que "nom tem problemas de liquidez. E pensamos isso porque está a recuperar-se o número de pessoas que quotizam. Atualmente há mais do duplo de trabalhadores que quotizam do que pensionistas e na época de Zapatero havia 1,7 trabalhadores pagando a pensom de um pensionista". Fortes acrescenta que sem fraudes à Seguridade Social e com a idade de jubilaçom nos 65, data que modificou a reforma de Zapatero em 2011, "o sistema mantém-se sem nenhum problema".

"A soluçom é ter a vontade de ter um sistema púbico de pensons e nom como compatibilizá-lo com um sistema privado, porque evidentemente um economista que trabalhe para um banco dirá que o estado pague o mínimo para a subsistência e que logo cada pessoa a nível particular contrate umha empresa privada", salienta o integrante do coletivo de pessoas jubiladas da CIG.

> Xosé Fortes (CIG): "Há que equilibrar mais as pensons. E aquelas pessoas que precisem de umha ajuda do estado deveriam completá-la para que chegasse arredor do SMI"

Fortes assinala também as diferências de atuaçom com outros coletivos, como Modepen. "Nós somos um coletivo de pensionistas dentro de um sindicato de trabalhadores e trabalhadoras", indica. Assim, mais do que em criar um movimento de pessoas pensionistas a sua análise passa por que "é um problema de toda a sociedade e temos que contar com todo o mundo, com futuras pensionistas e atuais trabalhadoras".

Compromisso com os serviços públicos

Manuela Figueira tem 54 anos e vém de começar a sua militância sindical através da CUT. Para ela é importante mobilizar-se em defesa dos serviços públicos e dos sistema de pensons. "Há muita gente que se mobilizou para que isto existisse e agora volta sair à rua. E eu também serei beneficiada por estes êxitos", exprime Figueiras, quem acha também que "nom seremos capazes de conseguir nada sós".

Figueira também luita por umha melhora nos serviços públicos através da sua experiência pessoal. Há quatro anos que se lhe diagnosticou umha fibromialgia, "e desde entom semelha que som invisível", salienta. Assim, esta trabalhadora denuncia as dificuldades das pessoas que padecem esta enfermidade em ver reconhecida umha incapacidade. Por este motivo, decidiu apresentar umha denuncia contra o INSS, por nom lhe reconhecerem a doença. Após estar um ano de baixa, estivo outros dous meses adicionais até que lhe deram a alta. Trás apresentar umha queixa, Figueira voltou ser atendida mas afirma que nom recebeu um bom trato. "Somos muitas as que padecemos fibromialgia, por isso nom nos querem dar a incapacidade", expóm. Assim, encontra-se ainda na espera da data do juízo contra o INSS, em que apresentará as provas médicas que demonstram a sua enfermidade. Desde que lhe deram a alta, Figueira sobrevive com o paro e o dinheiro poupado. Tentou em algumhas ocasions retomar a atividade laboral, mas os brotes e as diversas complicaçons que lhe provocam a

MOVIMENTOS / A LUITA POR UMHAS PENSONS DIGNAS

A fenda de género continua ainda de jeito claro e, assim, em dezembro de 2019 a pensom meia de umha mulher estava nos 671,86 euros, enquanto a pensom meia de um homem está nos 1.041,63

sua enfermidade impedírom-lho.

Estas dificuldades que salienta Figueira nom som as únicas que encontram as mulheres na hora de aceder a umha pensom. A fenda de género continua ainda de jeito claro e, assim, em dezembro de 2019 a pensom meia de umha mulher estava nos 671,86 euros, enquanto a pensom meia de um homem está nos 1.041,63. A persistência da fenda salarial entre homens e mulheres, assim como a falta de quotizaçom do trabalho doméstico e reprodutivo que tradicionalmente recaia nas mulheres som algumhas das causas desta desigualdade.

Num momento em que na Galiza e no estado espanhol as mobilizaçons em defesa do sistema de pensons e por um trabalho digno voltam à rua –com concentraçons no passado dia 23, as manifestaçons para este 30 de janeiro e a greve que se desenvolve nessa jornada no País Basco–, outros povos luitam também por frenar o avance neoliberal no seu ataque às pensons. É o caso da França, onde o governo de Macron pretende reformar a fundo o seu sistema público de rendas, convertendo-o num sistema de pontos acumuláveis ao longo da vida laboral. Polo de agora, as mobilizaçons da classe trabalhadora conseguiram paralisar a sua medida mais polémica, a existência de umha idade pivô, que seriam os 64 anos, que marcaria penalizaçons caso jubilar-se antes de atingir essa idade.

Emergência dos planos privados

Os recentes cortes no sistema de pensons venhem acompanhados de um interesse polo capital global na privatizaçom das rendas. Já em 1994 o Banco Mundial mostrava o seu interesse pola promoçom de fundos privados de pensons que se capitalizariam no mercado especulativo, ficando o dinheiro das pessoas trabalhadoras às expensas dos seus devaneios. Tal relatório mostrava como um exemplo a seguir a privatizaçom das pensons imposta em Chile –exceto para polícias e militares– durante a ditadura de Augusto Pinochet. A recente revolta neste país viu evidenciar como as profundas desigualdades deste sistema, a pesar de algumhas reformas durante o governo de Bachelet para oferecer umha ajuda complementar. Um dos responsáveis da implantaçom desse modelo em Chile foi José Piñera, irmao do atual presidente chileno Sebastián Piñera.

Mais recentemente tem-se demonstrado o interesse por parte da Uniom Europeia na criaçom de um mercado de capitais europeu integrado e com capacidade para competir com Wall Street e Tóquio. Para a criaçom deste mercado de capitais, um passo necessário seria a expansom dos planos privados de pensons. Assim, em abril do ano passado o Parlamento de Europa aprovava o regulamento para os produtos paneuropeus de pensons individuais e voluntários.

"Quase todos esses sistemas perdem capital", denuncia Xosé Fortes, do coletivo de pessoas jubiladas da CIG, "pois o que fam é jogar na bolsa. Quando a bolsa sobe, capitaliza-se o sistema potencial de pensons privado e quando a bolsa baixa, perdes capital. Na crise muita gente perdeu dinheiro do seu plano de pensons privado". "O sistema público é um sistema de reparto inter-geracional e solidário, enquanto nos sistemas privados ti cobras polo que quotizas: se quotizas pouco, cobras pouco e se quotizas muito, pois cobras muito. Mas nom redistribui e achamos que o sistema tem que ser redistributivo", acrescenta Fortes.

> "Quase todos esses sistemas perdem capital, pois o que fam é jogar na bolsa. Na crise muita gente perdeu dinheiro do seu plano de pensons privado"

Pola sua banda, de Modepen denunciam que atualmente os planos de pensons privados contenhem bonificaçons fiscais. "Essa desgravaçom estamos pagando-a todos nós. Estamos subvencionando os planos de pensons privados que fam os ricos, pois os trabalhadores com os salários de hoje nom podem permitir abrir um", denuncia Gonzalo Balo, secretário da Modepen.

em movimento

elena martín lores
elenamartinlores@novas.gal

A Rede Galega por um Rural Vivo é umha rede conformada por associaçons vizinhais de mais de dezasseis concelhos de toda a Galiza –ainda que esperam chegar a ser muitas mais–. O seu objetivo é atingir um marco legal mais justo para o rural e fomentar iniciativas que permitam que nom esmoreça. A todos os que participam une-os um denominador comum: serem vítimas de projetos eólicos abusivos que ameaçam a paisagem, as aldeias e os recursos económicos e de território da Galiza.

Jessica Rey
da Rede Galego por um Rural Vivo

óscar, de 'rebelión aluminio'

"Se nom paramos isto acabaremos com um horizonte coberto de eólicos e muitos nem funcionarám"

"Estám-se a projetar mais do duplo de parques que já há"

O que som os parques eólicos abusivos?

Som parques que na sua instalaçom ameaçam a paisagem, ao património –por exemplo castros, mámoas, dolmens– e ás aldeias, e portanto a vida das pessoas e dos recursos naturais. Por isso dizemos que som abusivos. Entendemos que nom todos os parques eólicos som daninhos, mais também sabemos de facto que nom existe nengumha planificaçom para a sua instalaçom. As empresas privadas, segundo o Plano setorial eólico, escolhem umha zona, marcam os seus eólicos, vem que nom contravenham a legislaçom, e com isso fam umha petiçom à conselharia. A conselharia contrasta que nom incumpram as leis –que som mui laxas e estám obsoletas– e pronto, o parque eólico constrói-se. mas nom há nemgum tipo de planificaçom. Com planificaçom referimo-nos a que, se houver necessidade dumha transiçom energética, que achamos que sim, o primeiro seria potencializar os parques eólicos que já existem. Neste momento só se estám a potenciar entre um dez e um quinze. Porém, estám-se a projetar mais do duplo dos que já há. Estamos a viver umha febre do eólico.

É dizer, que se estám a construir parques sem necessidade.

De facto, fazendo um cálculo e somando as potências de todos os parques eólicos projetados, Galiza vai a produzir três vezes a energia que necessita. Isto implica que a maioria da energia que vamos produzir nom vai ser para o nosso consumo, senom que vai ser para enviar fora, para alimentar outros centros de consumo. E quem som os grandes centros de consumo? As grandes cidades. Tanto é assim que é um fenómeno que acontece já a nível do estado espanhol. Há outras comunidades autónomas que também som sacrificadas em aras da produçom energética eólica. Agora mesmo com as petiçons que há no ministério produziria-se cinco vezes mais da energia que consume o estado espanhol. Evidentemente, isto nom tem nengum sentido lógico senom que tem um sentido especulativo. Tememo-nos que, se nom parámos isto, acabaremos tendo todo o horizonte da Galiza coberto de eólicos, e muitos deles nem tam sequer funcionarám porque nom haverá saída para essa energia. mas umha vez feita a desfeita, teremos umha paisagem destroçada, o território vendido, e o forte da nossa terra que é o nosso

património natural e o nosso bem-estar, arruinados. Estas empresas tenhem a visom da Galiza como um gram parque industrial e assim o manifestam –por exemplo, Endesa na sua apresentaçom *'Galicia, el gran parque industrial'*–. E aproveitam-se do despovoamento, a desinformaçom e da situaçom atual de emergência climática que evita que as pessoas se oponham aos eólicos

Mas a rede nom se opom às energias limpas.

Evidentemente nom. Consideramos que esse tem que ser o caminho a seguir, o que passa é que se está a fazer de forma especulativa e mal. Nós, ademais de trabalhar por um marco legal justo para o rural, queremos estudar formas de produçom energética mais justas. As primeiras que se deveriam estudar seriam as relacionadas com a produçom e auto-consumo de energia, que é um tema mal regulado, é dificultoso e nom está para nada subvencionado. Essa é a forma mais sustentável de produçom de energia num país em que temos vento e temos luz. mas disso ninguém fala. Outra pata fundamental para umha transiçom energética boa é reduzir a eletricidade que consumimos. Todos os edifícios públicos deveriam ter o seu próprio subministro e deveriam estar desenhados para gastar o mínimo. E, do mesmo modo, deveria haver umha lei de vivendas que fomentá-se a construçom de moradas que consumissem pouca energia. Essa é a fórmula, nom seguir a destroçar toda a paisagem com eólicos e dizendo ás galegas que o fam por sustentabilidade quando nom é assim.

E a Junta parece estar mais disposta a apoiar as empresas que as cidadás, nom é?

Totalmente. A Junta ademais está interessada em fazer todos estes projetos. Isto nom tem nengumha coerência porque, ao mesmo tempo que nom querem que fechem as térmicas –como manifestam reiteradamente–, também querem que todos os parques eólicos se instalem. Isto é ilógico e amossa que o único que lhes interessa é que muitas empresas internacionais se instalem na Galiza e produzam muito produto interior bruto, o que nom quer dizer que enriqueçam as pessoas. Há um dado mui interessante neste sentido. O concelho de Muras que é o que mais parques eólicos tem de toda a Galiza, tem um PIB dos mais altos do país –é dizer, nele se gera muita riqueza–, porém se vás mirar a sua renda per cápita, verás que está por baixo da media galega.

"A maioria da energia que vamos produzir nom vai ser para o nosso consumo, senom que vai ser para enviar fora, para alimentar outros centros de consumo"

"Aproveitam-se do despovoamento, a desinformaçom e da situaçom atual de emergência climática que evita que as pessoas se oponham aos eólicos"

pablo santiago

E num estudo do Observatório Eólico demostra-se essa falta de retorno económico.

Efetivamente. Mas nem sequer é cousa de entrar no debate da riqueza. Com certeza que onde se ponham os parques, todas as pessoas tenhem que ser justamente indemnizadas por igual: onde lhe cae o eólico e todos os terrenos arredor que perdem valor monetário. Mas nom é só cousa de indemnizar senom de analisar que o sistema é incorreto e pedir que ali onde se ponham os parques faga-se corretamente. O Observatório centra-se na parte monetária, mas nom fala dos problemas sociais e naturais que implicam os parques eólicos. No rural já costuma haver problemas de emprego, e com a criaçom destes parques perdemos potencial económico, já que destroem a paisagem, acabam com muitos insetos polinizadores que som fundamentais para o meio, tampouco som bons para umha comunidade de montes... Hai-nos que fazer, de acordo, mas fagamo-los com sentido, nom massivamente.

Se visitas o Registo Eólico da Galiza, verás que é como um gram sarampelo de parques. E se reparas, os projetos em processo superam os já existentes. E essa nom pode ser a fórmula.

Também parece irónico que falem de que o rural se vazia e, ainda contodo, dediquem-se a destruí-lo.

Penso que quando falam de despovoamento do rural simplesmente é um discurso, um lema, mas nom se dam formas efetivas de paliar os problemas. E é porque nom se potenciam empresas familiares locais que tenham como base o campo ou o monte ou outras formas de produçom úteis para as aldeias. Fam-se jornadas e campanhas de imagem, mas na hora da verdade, para quem vivemos nas aldeias nom se fai nada. Nom há soluçons boas nem vigilância de que se compram as leis que já existem. Se fosse assim, nom passaria o que está a passar. Na rede centramo-nos nos eólicos porque foi o que nos uniu, mas coincidimos em que o rural sofre um espolio constante doutras muitas formas: aí estám As Encrovas, as térmicas... Somos conscientes de que há umha desestruturaçom do rural. Trabalham para que desapareçam a cultura e relaçoms sociais e económicas das aldeias, fomentando só a instalaçom de multinacionais que vam em contra da vida no campo.

Todos aqueles coletivos que se sintam identificados e queiram conhecer-nos ou unirem-se, podem escrever-nos a: *redegalegaporunruralvivo@gmail.com*. Queremos ser muitas para ir falar unidas com a Junta, representando muitos coletivos vizinhais.

panóptico

xián naia s.
conselho@novas.gal

Em 15 de setembro de 2012 Carlos Calvo Varela entra na prisom acusado de pertença a banda armada, condenado a 12 anos de prisom pola Audiência Nacional que serám rebaixados a 7 anos por ordem do Tribunal Supremo. Carlos trabalha desde a sua saída em setembro de 2019 numha cooperativa de imprensa. Gosta de antropologia e sociologia. Autor do blogue 'Aldeias de Ordes', sobre toponímia da sua comarca, foi durante muito tempo membro do conselho de redaçom deste periódico. Falamos com ele do funcionamento das prisons, das suas práticas repressivas e de como estruturarmos outras lógicas políticas.

Carlos Calvo Varela
ex-preso independentista

elena martín

"A prisom fai as pessoas extremadamente dependentes, em todos os sentidos"

Carlos, em setembro ficas em liberdade depois de um percurso de sete anos por diferentes prisons do estado espanhol...

Sim, entrei em Soto, estivem umha semana ali, depois para Aranjuez também umha semana, depois mandáromme para Topas, de Topas a diligências de Valdemoro, que finalmente estivem dous meses, depois disso outra vez para Topas, duas semanas em Navalcarnero durante o juízo, totalmente só, e depois o mesmo em Estremera, uns anos em Villabona e no final Teixeiro.

O que tem a prisom de reinserçom e de dependência?

A prisom fai as pessoas extremadamente dependentes, em todos os sentidos. Ali todo é imposto, mas também se cha dá todo feito, lavam-che a roupa, dam-che de comer, há uns horários marcados... Vás perdendo capacidades se nom te impôs certas rotinas. A relaçom com a instituiçom é de infantilizaçom extrema, sobretodo no caso das mulheres, tratando-as como a crianças, metendo-se nas suas relaçons, em quem pode ter filhas e quem nom.. Umha cousa extrema, pessoas de quarenta anos que tratam como crianças.

Muita literatura há em relaçom às prisons como espaços de politizaçom, umha espécie de escola popular que funcionou nas décadas de 70 nalguns coletivos, mas o que fica disso nas macrocárceres atuais?

Um tema interessante que me contou Fernando Ayude, companheiro de pessoas como Tarrio ou Pombo da Silva e que leva quase 30 anos em primeiro grau, foi que a grande mudança carcerária identificava-a no momento de introduçom das televisons, como método de entretenimento fácil, e que tinha ademais relaçom direta no detrimento de uso da biblioteca.

As cousas como som, na minha época já havia mui pouca politizaçom e em pessoas concretas, mais velhas e que tinham algum estudo antes de entrar, mais proletariado do que o subproletariado, obreiras que fora levavam umha vida relativamente ordenada.

Outra gente que lê muitíssimo som os religiosos. A igreja evangélica entrou de cheio nas prisons, suponho que em relaçom a todo o que aconteceu na América do Sul, e tenhem um discurso súper reacionário, machista, bastante homófobo... ainda que dá, muitas vezes, certa ordem e sensaçom de ocupaçom aos presos. Depois, nos islamitas também há muita politizaçom e estudo, sobretodo nos da primeira geraçom.

Mas sim, o da televisom foi fundamental, antes lia-se muito mais, chegárom os 90 e as bibliotecas das prisons apenas pedem livros.

Em relaçom a isto, intuo que as políticas de dispersom puidérom ter um papel relevante como inibidoras da politizaçom.

Sim, mesmo nas macrocárceres atuais, havendo tantos módulos, cada vez que se forma um grupinho é fácil de dispersar, nom necessitam sançom de tipo nengum, é só mudar as pessoas de um módulo para outro. Penso que também o figérom polo efeito criado nos próprios presos comuns, nom politizados.

Conhecim um velho de quase 80 anos, ainda preso a essa idade, que aprendera a ler com os comunistas que estavam concentrados décadas atrás em Burgos. Naquele contexto, ao serem esses presos politizados maioria impunham, em certo modo, a sua ordem no quotidiano. Hoje num módulo de cem pessoas apenas encontras dous presos políticos e é impossível acontecer o mesmo. Os presos bascos nesse sentido tenhem influenciado muito nas dinâmicas dos presos comuns, até nas pintadas que fam nas celas, adotando grafias como o tx para marcarem os seus nomes.

Nom hai muitos anos, em 2000 e tantos, mudárom o regulamento dos julgados de vigilância penitenciária, antes territorializados. Se tu trabalhavas umha série de reivindicaçons a nível legal todo o que se conseguisses havia-se aplicar ao conjunto dos

"A entrada da televisom foi fundamental. Antes lia-se muito mais, chegárom os 90 e as bibliotecas das prisons apenas pedem livros"

elena martín

presos. Agora o julgado de vigilância para os presos políticos é o da Audiência Nacional, está centralizado, portanto o que tu conseguires aplicam-cho só a ti, nom aos outros. Quebrárom essa maneira de conseguir benefícios para todos, quando antes a dinâmica era que, por exemplo, que os presos bascos faziam um cento de denúncias ao mês e serviam, caso serem reconhecidas, para melhorar espaços comuns, condiçons de vida, etc. Cortárom por aí deixando mais indefenso ainda a quem nom sabe ler ou escrever, e cortárom também umha via interessante de criar comunidade.

Quais som as possibilidades de formaçom dos presos?

Quanto a atividades nom há muita formaçom e muitas som paliativas, como a das ONG. Está bem a risoterapia mas muitos preferiam cursos que entendiam que 'serviam para algo fora'. Por exemplo, o curso de 'condutor de carretilla', mui solicitado para trabalhar em obras, ofertam dez vagas numha macro-prisom de mais de mil... Quanto a estudos estuda quem tem vocaçom, nom ajudam nada, sobretodo no universitário. Mas até para o bacharelato tés que preparar por conta própria. Conhecim presos que levavam quinze anos na cadeia e nom sabiam ler nem escrever, e essa gente incorpora-se cada vez mais à cultura carcerária, o que escreveu Foucault de que as prisons servem para criar umha delinquência controlada, e depois é muito mais difícil ter a umha vida autónoma. Os casos mais extremos som presos muito conflituosos, refratários à instituiçom mas que som o produto dela. Pessoas que levam tanto tempo aí que o seu marco de reconhecimento é a prisom, e iniciam umha espécie de carreira invertida de prestígio dentro dela. Pensam, "eu já nom vou sair e se saio nom vou sobreviver, pois aqui fago currículo".

Muitas vezes também idealizamos essas trajetórias de presos refratários à instituiçom, mas existe umha espécie de relaçom de inimigos íntimos complexa. A possibilidade de consumo de drogas multiplica-se a cada dia que estás dentro, e quase todo o mundo passa, por exemplo, polos psicofármacos.

Tenho a sensaçom que deste lado dos muros utilizamos, e alguns criticamos, os conceitos 'presos sociais' e 'presos políticos' desatendendo o seu funcionamento interno. Para além do analítico, como funcionam estas categorias intramuros?

Dentro é umha categoria totalmente operativa porque as diferenças som evidentes para todos. Entre os presos sociais nom hai um vínculo concreto, ou muita solidariedade em geral, nom é um grupo compacto e isso fai que exista um aqui estám os políticos, algo apartados de alguns conflitos carcerários como chivateios e guerras do estilo, e aquí o resto, em geral separados, na lei da selva.

O que sim penso é que entre presos comuns existe umha consciência de classe forte, umha crença de que à gente pobre encerrada por delitos associados à classe, machacam-na, enquanto aos "ricos" nom nos fam nada, e isso materializa-se na diferença entre ter um bom advogado e nom tê-lo, em poder ir bem vestido o dia juízo... Tenhem-no mui claro e mui assumido todos. Há umha questom de classe incómoda e é que ali o rico és tu, e nom é por umha questom monetária. Normalmente os únicos presos que tenhem visitas extra-familiares som os políticos. Isso agudiza-se em casos de presos em primeiro grau, muitos afastados das prisons que lhes correspondem, traduzindo-se em que nunca tenhem visitas. Ao mesmo tempo vês que tu estás longe e que che venhem ver todas as semanas...

"Entre presos comuns existe umha consciência de classe forte, umha crença de que à gente pobre encerrada por delitos associados à classe, machacam-na"

A respeito da atualidade do independentismo, como vês a situaçom como recém chegado?

Tenho umha leitura ambivalente. Por um lado parte dos nossos discursos e das nossas práticas expandírom-se entre a mocidade que milita no nacionalismo, em Galiza Nova ou no Bloco. Fôrom incorporando algo o reintegracionismo, integrárom também o discurso da independência, quando na minha época era impensável, a solidariedade com os presos, o trabalho em centros sociais... Nom sei se influiria nisto o contexto catalám, mas aí está. A leitura ambivalente é que ao mesmo tempo essa gente toda nom está organizada connosco, conseguimos introduzir algo mas nom acumular capital político.

Acho que nos lastrou muito nom dar configurado algum tipo de referente, nem tem que ser um líder ou umhas siglas, pode ser um meio de comunicaçom que aglutine e crie um espaço de debate mais alargado. Há mais fragmentaçom do que antes, e as próprias dinâmicas internas, próprias do vanguardismo ou da extrema-esquerda ou como se lhe queira chamar, fôrom demoledoras. Houvo cousas tam fortes como o 15M ou o Procés que ficárom sem analisar polo independentismo galego.

Pola autodeterminaçom de género

DANIELA FERRÁNDEZ

Que o direito à existência das pessoas trans seja questionado e negado constantemente nom é umha novidade. Isto é algo que acontece desde que se tem constância da existência de pessoas com umha identidade sexual que nom corresponde com o sexo designado ao nascer. Somos umha ameaça para todo um establishment do género que leva séculos blindado e por isso perseguiu-se-nos e persegue-se-nos. Hitler fechava-nos em campos de concentraçom, Franco metia-nos em cárceres, todo isto à vez que éramos proibidos em muitos códigos legislativos de países supostamente democráticos. O panorama nom mudou na atualidade, já que o nosso sangue segue a ser derramado em países como o Brasil ou os EUA, enquanto sofremos os ataques da direita mais reacionária, enaltecidos numha onda mundial de fascistizaçom, da qual se aproveitam personagens como Trump ou Bolsonaro.

O assombro chega quando os discursos de ódio venhem de espaços supostamente aliados, algo que fai com que nos decatemos do poder que tem esta onda patriarcal e direitosa. Ainda mais, chama a atençom que o lugar de gestaçom e expansom de muitas destas ideias tenha a ver com realidades que se forjam fora do país. E isto é o que ocorreu com os discursos feministas que negam as mulheres trans, que tratam de ser importados desde fora da Galiza igual que outras os importárom antes desde os países anglo-saxons. A sua presença em redes testemunha esta afirmaçom, pois é fácil topar 'chios' que dim que o que vivemos as pessoas trans, a nossa agonia de ter que arriscar todo para serem quem somos, é um "capricho neoliberal", como digérom as famosas Towanda Rebels. Para além disso, para destacadas feministas espanholistas como Lidia Falcón -e o seu Partido Feminista-, somos equiparáveis a *puteros*, violadores e compradores de bebés.

> *Quando as pessoas trans nos estamos a referir ao género, nom falamos da expressom, mas do marco social em que se desenvolve a nossa identidade sexual, que pode ou nom corresponder com o sexo designado no nascimento*

Ler estas afirmaçons é suficiente para identificá-las como parte dum discurso de ódio que leva séculos acabando com a vida das pessoas trans. Isto pode evidenciar-se analisando as argumentaçons que oferecem sobre o seu corpus ideológico as seguidoras destas correntes, já que todas rematam com a mesma frase: as pessoas trans somo-lo apenas porque queremos assumir roles, vestimenta e simbologia associadas ao sexo oposto. Segundo isto, as pessoas trans definiria-nos o conceito de 'género' como categoria social que associa roles opressivos em relaçom ao sexo, o qual converte-nos em ilusons dependentes desta estru-

tura. A nossa existência seria, desta forma, um facto artificial, que é traduzido na ideia de que no fundo nom existimos realmente: somos indivíduos caprichosos expressando aleatoriamente a nossa liberdade de eleiçom.

A isto ajudou que do próprio coletivo LGTBIA elaborássemos conceitos e categorias confusas, fruto por sua vez da falta de consenso entre quem o integramos. Refiro-me principalmente aos de 'identidade de género' e 'expressom de género', mui difíceis de distinguir. Deste jeito, a identidade de género trataria de fazer referência ao marco social que encerra a nossa autopercepçom como pessoas, enquanto a expressom de género centra-se nos diversos usos estereotipados que emanam de ditos marcos estabelecidos. Por isso, a partir dumha grande quantidade de debates, muitas preferimos descartar o conceito de identidade de género e utilizar o de identidade sexual para explicarmos-nos. Aquilo que nos define como pessoas nom é como nos adaptamos às rígidas normas fixadas pola sociedade binarista, mas como nos percebemos em base ao nosso corpo e à nossa relaçom com as demais pessoas.

É por isto por que certos grupos argumentam a sua ideia de que é preciso excluir as mulheres trans do feminismo, sustentado dito argumento numha confusom conceptual. Quando as pessoas trans nos estamos a referir ao género, nom falamos da expressom, mas do marco social em que se desenvolve a nossa identidade sexual, que pode ou nom corresponder com o sexo designado no nascimento. Esse marco social é construído e opressivo (imposto polo patriarcado), pero é real e, portanto, as pessoas cis e trans tentamos adaptar as nossas vidas a ele na medida do possível.

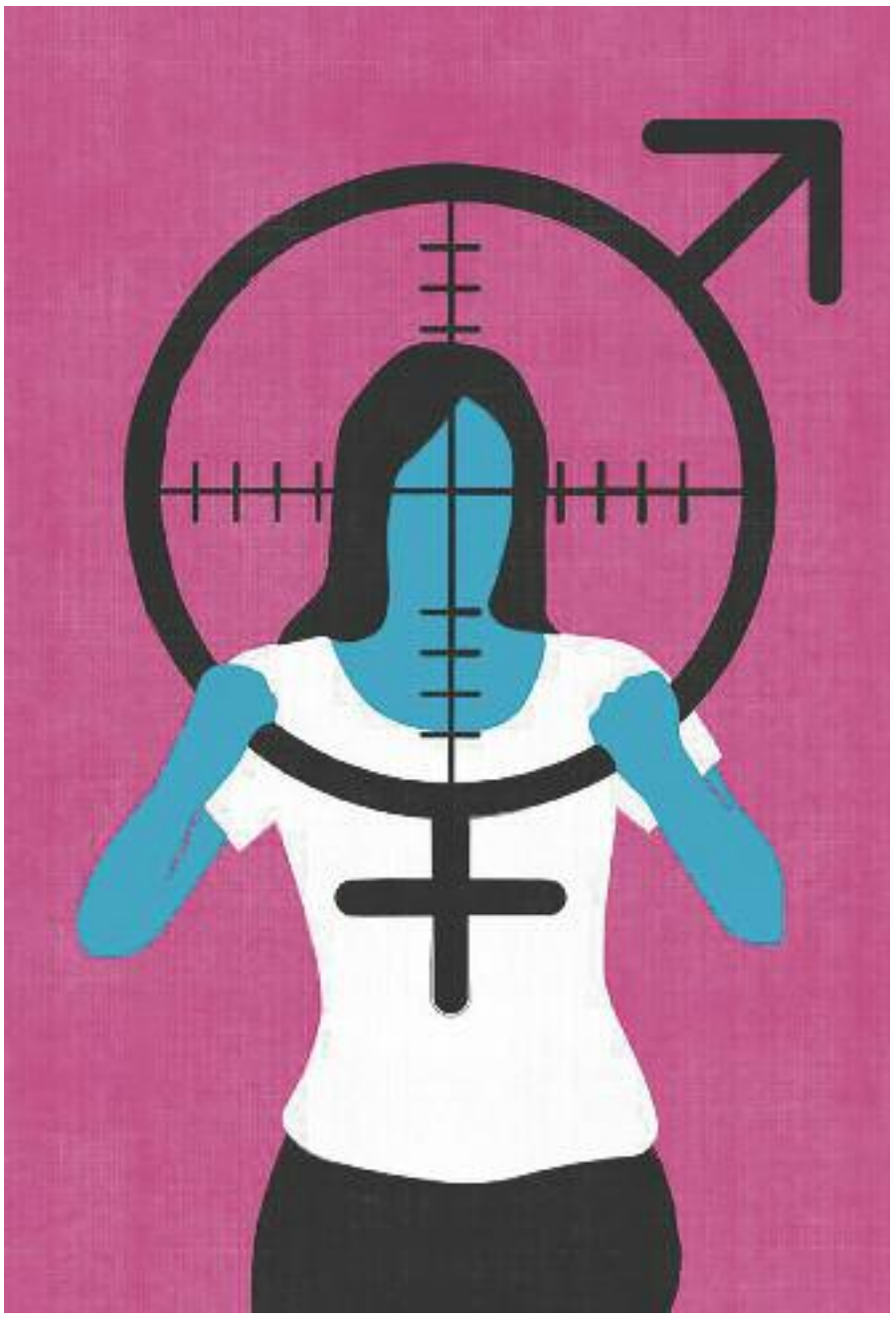
Geralmente, é pola nossa própria seguridade, pois rejeitá-lo implica sofrer umha resposta contundente por parte do sistema patriarcal: fazemo-lo quando decidimos entrar numha ou outra casa de banho; quando nos rendemos aos standards impostos num ato social de relevância, como um casamento, ou incorporamo-lo ao nosso dia-a-dia com elementos como a roupa ou o penteado.

O género associa roles em relaçom aos caracteres sexuais, portanto, a existência de pessoas trans e nom binárias supom o seu questionamento mais grande possível

Defesa do questionamento

O género associa roles em relaçom aos caracteres sexuais que temos ao nascer, portanto, a simples existência de pessoas trans e nom binárias supom o questionamento mais grande possível sobre este. Estamos a assinalar a artificialidade do padrom género e reclamando a capacidade para transmutá-lo, isto é, para que rache a sua exclusividade a respeito do sexo designado ao nascer; é dizer, o que chamamos autodeterminaçom do género: que deixe de impor-se às pessoas e que sejam elas próprias quem escolham como querem relacionar-se com a sua contorna.

Defendemos, portanto, todo aquilo que questione o género como um padrom imposto, por exemplo, que um neno poda vestir de princesa sem ser questionado o que é ou deixa de ser.



benedetto cristofani

Agora bem, exigimos como direito humano que a identidade das pessoas seja respeitada, que se esse neno di que é umha nena seja escuitada e se tenham em conta as suas decisons, único jeito de garantir a sua felicidade. Esta exigência inclui a liberdade para expressar a sua identidade sexual como desejar, tanto na relaçom com o próprio corpo (algo que nom é visível até a puberdade) quanto na relaçom com o sistema de género existente.

Basta já de fábulas mal-intencionadas e discursos de ódio camuflados de liberdade. Já temos suficientes problemas na nossa luita diária na Galiza, com umha Junta que nom escuita as nossas demandas e que nos maltrata mediante a patologizaçom, como para ter que importar outros de fora.

Daniela Ferrández é presidenta da associaçom Amizando.

sacauntos cooperativa gráfica

imagem corporativa
design web e editorial
impressom de livros e revistas
grande e pequeno formato
www.sacauntos.com

santi m. amil

SAÚDE /

Verim reabre a sua sala de partos

maria álvares rei
mariaalvaresrei@novas.gal

Depois de meses de luita e a repercussom em todo o país, a Conselharia de Saúde viu-se na obriga de dar marcha atrás ao seu plano de desmantelamento da saúde publica no meio rural. A comarca reagiu perante o feche da sala de partos com mobilizaçons sem precedentes que implicárom sindicatos, coletivos feministas e de criança respeitosa.

Desde que o feche da sala de partos foi efetivo o dia 1 de dezembro a comarca de Verim, feudo tradicional do PP, organizou umha luita que se difundia rapidamente por todo o país para alertar do desmantelamento de serviços do rural galego de maos do PP. A manifestaçom mais numerosa reuniu 20.000 pessoas nas ruas de Verim.

O PP deixara um cenário bem preparado: argumentos da Conselharia de Saúde que assinalavam critérios de segurança para o bebé por falta de pediatra, um gerente, Miguel Abad, próximo ao PP que havia facilitar o feche e a própria vila onde se localizava o conflito, feudo tradicional da direita galega no país. Mas o conflito tornou como um bumerangue ao PP com três pedras angulares: o feminismo, a saúde pública e o desmantelamento do rural. Mesmo o gerente viu-se obrigado a demitir pola presom social e o seu posto foi ocupado pola já reformada Guillermina Agulha, que agora junto com o presidente da Deputaçom de Ourense, José Manuel Baltar, aponta-se o triunfo da reabertura.

> O conflito tornou como um bumerangue ao PP com três pedras angulares: o feminismo, a saúde pública e o desmantelamento do rural

Plataformas coma SOS Sanidade Pública, a Marcha Mundial das Mulheres, diferentes associaçons de criança e de apoio ao aleitamento materno e os principais sindicatos coordenárom-se para explicarem os interesses que havia trás o feche da sala de partos, mas também para alertar dos perigos que este supunha, como enviar a dar a luz às mulheres da comarca de Verim ou das comarcas limítrofes a centos de quilómetros.

"Isto vai-se cobrar vidas, de mulheres e de bebés", alertava Sonia Álvarez da associaçom em favor do aleitamento materno 'Arrolos de teta' e argumentava: "Até o de agora houvo

Durante os dous meses que permaneceu fechada a sala houvo três partos no Hospital de Verim com decisons polémicas que trascendérom aos meios e que enfrentárom ademais matronas e pediatras por critérios profissionais

josé paz

por sorte partos fáceis com decisons dolorosas coma separar a criança da mae, mas estamos falando de que umha mulher em processo de parto é imprevisível, pode durar dez minutos ou doce horas. O percurso de Verim a Ourense fai-se em 45 minutos, em boas condiçons, mas falamos dumha estrada onde abundam as geadas e a neve. Mas aqui também venhem mulheres do Bolo, por exemplo, que tardariam em chegar a Ourense umha hora e quarenta e cinco minutos em boas condiçons. O parto *in itineri* está contraindicado. Isto vai contra toda segurança da mulher e da criança porque em Ourense tampouco há UCI pediátrica e se o bebé nasce com algum problema como umha cardiopatia teria que ser trasladado novamente a Vigo".

Durante os dous meses que permaneceu fechada a sala houvo três partos no Hospital de Verim com decisons polémicas que trascendérom aos meios e que enfrentárom ademais matronas e pediatras por critérios profissionais. Os partos fôrom atendidos por ginecólogos que se negárom a enviar mulheres a Ourense polo imediato do mesmo e com mediaçom do juiz de guarda. Ademais houvo um parto em que se denunciou a separaçom da mae e o bebé por decisom da pediatra chegada de Ourense de urgências em ambulância. Este protocolo indignou matronas e associaçons de criança pola importância do pele com pele nas primeiras horas de vida para a mae e o bebé.

A decisom de fechar a sala de partos argumentava-se em que o hospital ficara sem pediatras. Este critério responde a um protocolo do Sergas que requer a presença de pediatra no parto, mas este argumento foi contraargumentado tanto por matronas como por associaçons de criança natural que indicam que num parto desenvolvido em condiçons normais só som necessárias as matronas e um ginecólogo. Se o bebé sofrer algum problema grave que requerer operaçom ou ingresso em UCI pediátrica no Hospital de Ourense tampouco existe.

Cronologia do conflito

22 de novembro: Sergas anuncia o feche da sala de partos de Verim por motivos de segurança no parto.

1 de dezembro: 20.000 pessoas saem à rua em Verim numha manifestaçom contra o feche.

2 de dezembro: Trabalhadoras e vizinhas iniciam um feche que dura mais de 50 dias no hospital comarcal.

4 de dezembro: Baltar, presidente da deputaçom de Ourense, critica publicamente Feijó pola decissom de fechar o Hospital.

11 de dezembro: Ás 5.00 da manhã nasce o primeiro bebé após o feche da sala de partos com mediaçom do juiz de guarda. Mae e filho eram deslocados a Ourense horas depois, por separado. Diversas organizaçons denunciam esta medida.

18 de dezembro: O feche do hospital de Verim ocupa a sessom do parlamento com críticas de todos o grupos parlamentários a Feijóo, que segue argumentando motivos de segurança para as maes e bebés pola falta de pediatras.

27 de dezembro: O gerente do Hospital Miguel Abad anuncia a sua demissom por "Motivos pessoais".

2 de Janeiro: Nasce a segunda bebé no Hopital, mae e pai negam-se a ser separados dela no transporte a Ourense.

9 de Janeiro: Guillermina Agulha , reformada, assume por terceira vez a gerência do Hospital e manifesta a intençom de ocupar as vagas de pediatria que som necessárias para a reabertura da sala de partos.

14 de janeiro: Umha conselheira do PP pare no Hospital, é o terceiro bebé após o seu feche.

18 de Janeiro. Anuncia-se a reabertura da sala de partos de Verim para fevereiro com a incorporaçom de dous pediatras.

Para atender os partos até agora trasladava-se um pediatra de guarda em Ourense que se somava ao pediatra com o que contava até finais de novembro Verim, de mais de 65 anos, que deixou a vaga

A CIG situa o verdadeiro interesse em fechar a sala de partos em critérios exclusivamente de rendibilidade económica, como indica Fernando Rivas: " Verim nom era rendível, aqui atendem-se umha media de 60 partos ao ano, no ano passado de facto figera-se um investimento na sala de partos com novas camas e banheiro para facilitar o parto natural, mas o PP prefere apostar no feche e acabar com as perdas. A aposta do PP é o eixo atlântico, o rural só lhe supom gastos, e se tem que gastar vai gastar nas pessoas maiores que é quem os votam, as mulheres e as crianças som cidadás de segunda".

A CIG di que para atender os partos até agora trasladava-se um pediatra de guarda em Ourense que se somava ao pediatra com o que contava até finais de novembro Verim, de mais de 65 anos, que deixou a vaga. A CIG denuncia que os contratos de pediatria em Verim eram renovados cada mês durante três anos "o que nom permite fazer nengum tipo de planificaçom vital" tal e como indica Fernando Rivas.

A cobertura das duas vagas de pediatria em menos de um mês permitiu reabrir a sala de partos, o que pom de manifesto que a presom social desenvolvida polas vizinhas do rural no ano em que se disputa o poder em Sam Caetano foi um primeiro aviso para o PP na nom renuncia de direitos já adquiridos como os serviços públicos.

MATERNIDADE /

iñaki osorio

Umha questom de género

Sessenta partos ao ano era a meia de partos que atendia o Hospital comarcal de Verim, longe dos 600 que di o Sergas que som necessários para dotar um hospital de maternidade, e que nom cumpre nengum hospital comarcal do país. Com estes dados acima da mesa a conselheira de saúde apostou em suprimir o serviço em vez de abordar os problemas das mulheres do rural galego.

A natalidade continua a ser um dos problemas principais da Galiza ao que o executivo de Feijóo se nega a dar umha soluçom efetiva e de futuro. Por enquanto o rural esmorece já que incentivar a natalidade requer de apostas em chave de género.

Até o de agora as sete matronas que atendiam os partos em Verim tinham umha aposta firme nos partos naturais e respeitosos onde nom é necessária nem a presença dumha médica ginecológica. E as cifras saem: reduzem-se custos e aumentam os benefícios para maes e criança em forma de saúde, entre outras a reduçom da violência obstétrica com episotomias e aumenta o sucesso do aleitamento materno.

Em Verim, o índice de partos instrumentais, sofrimento fetal e cesáreas eram mui baixos. As matronas deste hospital e o serviço de obstetrícia estavam convertendo o centro de Verim num hospital de referencia no país como o do Salnês. A receita era esta, o respeito dos tempos da mulher, deixá-la parir em liberdade de movimentos e acompanhá-la sem infantilizá-la nem tutoralizá-la durante todo o processo do parto. De facto em 2016 fazia-se umha reforma encaminhada a favorecer estes partos. A sala de dilataçom transformava-se por completo ganhando em calor e fazendo-se com duche e banheira de hidromassagem para favorecer a dilataçom.

Em Verim, o índice de partos instrumentais, sofrimento fetal e cesáreas eram mui baixos

"O governo da Junta com a sua decisom estava separando as crianças de maes, obrigando a parir em itinerário e provocando partos com stresse às mulheres do rural" di Sónia Álvarez, de 'Arrolos de teta', " por isso quem encabeçárom as mobilizaçons fôrom as mulheres".

Matronas, enfermeiras, mulheres novas e mulheres organizadas nas crianças mais conscientes erguérom a voz polo que consideravam um ataque contra os seus direitos mas a primeira linha das mobilizaçons ocupárom-na as mais velhas. Segundo Fernando Rivas " elas sabiam o que era desangrar-se nos partos, parir polo caminho, perder as crianças... esse foi durante muitos anos o destino da mulher galega do rural".

A luita por preservar a sala de partos de Verim converteu-se numha luita polos direitos da mulher.

o bom viver

cultura / Ataque Escampe / **24**

cultura/ Prisom, escrita e mulher/ **26**

ronseis / Gallaecia, sec. III / **28**

cinema / 'Longa noite' / **30**

Polas matas ribeirinhas

Amieiros, freixos e salgueiros som as espécies arvóreas com maior presença nas matas ribeirinhas do nosso país. Estas florestas, húmidas e umbrosas, tenhem a funçom de proteger as correntes fluviais dos efeitos da erosom e som de umha grande importância ecológica. Da mao de João Aveledo conheceremos algumhas caraterísticas destas árvores, um fermoso património natural que se estende por milhares de quilómetros do nosso país e que se vê ameaçado mália as áreas de proteçom. página **22**

A GALIZA NATURAL /

As matas ribeirinhas no país dos dez mil rios

joão aveledo

"Se queres que o carro cante
bota-lhe o eixo de freixo
e se queres que o amor venha
da-lhe talhadas de queijo"
Cantiga popular.

O grande Cunqueiro batizou a Galiza como o país dos mil rios. Na verdade, entre rios, ribeiros e regos, contam-se arredor de dez mil línguas de água que percorrem mais de 30.000 km do nosso território. Estes cursos fluviais ainda entesouram um precioso património natural e etnográfico (pontes, moinhos, pisões, levadas...).

As suas ribeiras estão orladas por formações florestais designadas, geralmente, como bosques de galeria polo característico túnel que, a jeito de abóbada sobre o leito do rio, conformam as copas das árvores. Uma vegetação que protege as margens face a erosão ocasionada polas próprias águas, especialmente nas enchentes, tão frequentes aqui durante as invernias. Espécies florestais típicas desta mata ribeirinha são amieiros, freixos, salgueiros e negrilhos, todas elas de folha caduca.

Os amieiros (*Alnus glutinosa*), também conhecidos como ameneiros ou abeneiros, são a árbore ripícola mais frequente na Galiza e podem viver mesmo dentro dos rios, pois a pesar dessas circunstâncias asseguram a respiração radicular. Estas raízes submersas têm especial importância ecológica, ao constituirem um prezado refúgio para pequenos vertebrados e invertebrados bentónicos. A sua madeira leve revela-se fácil de trabalhar e possui uma resistência natural a água, sendo tradicionalmente empregada na fabricação de socas e pontilhões. Em Veneza, os alicerces dos prédios são de amieiro... E algumas dessas estacas têm mil anos! De distribuição ampla na Europa, alguns dos mais interessantes ameais da Península encontramo-los nas Gândaras de Budinho, nas junqueiras do rio Leres e no esteiro do Ulha.

Na Nossa Terra convivem dous freixos diferentes, o freixo-europeu (*Fraxinus excelsior*), espécie euro-siberiana de maior tamanho (20-30 m de altura) e que predomina na metade norte e o freixo-das-folhas-estreitas (*Fraxinus angustifolia*), espécie mediterrâ-

As espécies florestais típicas das florestas nas ribeiras dos rios galegos são amieiros, freixos, salgueiros e negrilhos, todas elas de folha caduca. Esta vegetação protege as margens face a erosão

Folha de freixo.

nica mais abundante no sul e de menor altura (15-20 m). As folhas servem para os diferenciar, as do freixo-europeu estão compostas de 7 a 13 folíolos, enquanto as do freixo-das-folhas-estreitas estão compostas de 5 a 9 folíolos, muito raramente de 11. Ambos hibridam, polo que podemos observar exemplares com características intermediárias entre um e outro. Com as folhas dos freixos elabora-se um chá diurético com diferentes usos medicinais. A casca tem-se utilizado como febrífugo e cicatrizante. A madeira, dura, elástica e resistente, foi muito empregada em carpintaria e dela faziam-se diversas partes do carro de vacas.

Os salgueiros são, habitualmente, arbustos dioicos, existindo pés com flores masculinas e outros com flores femininas. Existem várias espécies que hibridam facilmente entre si, o que dificulta a sua identificação. A madeira tem pouca qualidade, mas da casca faziam-se remédios caseiros para combater a dor, a febre e a inflamação. Precisamente, a partir de compostos extraídos da casca dos salgueiros foi sintetizado em 1853 polo químico alsaciano C. F. Gerhardt o ácido acetilsalicílico ou aspirina, um dos medicamentos mais consumidos de todos os tempos.

Dentro do género *Salix*, a espécie mais abundante é o salgueiro-negro (*Salix atrocinerea*), espalhado por toda a Europa atlântica. De pequeno porte (até 12 metros) e folhas aveludadas de cor verde escura, vive em terrenos acidificados e pobres, desde o nível do mar até aos 1.500 m. A sua floração, entre os messes de fevereiro e abril, anuncia precocemente a primavera.

Nas montanhas orientais, achamos o salgueiro-caprino (*Salix caprea*) que se diferencia do anterior por ter as folhas um pouco maiores. Aparece, para além das ribeiras, em encostas até os 1.700 m de altitude, misturado com o carvalho-alvo (*Quercus petraea*) e o vidoeiro (*Betula alba*).

Árvore própria das zonas mais temperadas e com folhas de cor alvazenta, o salgueiro-branco (*Salix alba*) tem um tamanho superior (chegando aos 20-30 metros de altura).

O negrilho (*Ulmus minor*), de ampla copa oval, pode atingir 35 m de altura. Espécie paleárctica, distribuída pola parte sul-oriental da Galiza, prefere solos frescos, húmidos e profundos. A sua madeira, de excelente qualidade e muito resistente e flexível é usada em marcenaria e construção naval. No último século, o negrilho, como outros ulmeiros, tem sido dizimado por uma grave doença, a grafiose, provocada por fungos do género *Ophiostoma*.

Áreas de proteção

A Lei de Águas assinala como áreas de especial proteção ambiental as contíguas ao Domínio Público Hidráulico. Assim delimita duas zonas nas margens de ribeiras fluviais, lagos, lagoas e barragens onde será condicionado o uso do solo e quaisquer outras atividades que nelas se desenvolvam: uma faixa lateral de 'polícia' de cem metros de largo em cada margem, e outra de cinco metros de largo, dentro da anterior, denominada de 'servidão', medidas ambas a partir do limite do leito fluvial e entendendo este leito como o ocupado polas águas durante as máximas cheias ordinárias. Na zona de 'servidão' não se podem plantar espécies arbóreas que deteriorem os ecossistemas ripários, requerendo as plantações florestais e devastas a autorização prévia da respetiva Confederação Hidrográfica. Tampouco se permitem nesta zona qualquer tipo de construções. A própria normativa galega proibe, na faixa dos primeiros 15 metros, plantar espécies invasoras, como eucaliptos (*Eucaliptus*), mimosas (*Acacia dealbata*) e acácias-bastardas (*Robinia pseudoacacia*).

As ferramentas jurídicas de proteção ficam hoje em água de castanhas. Se houver verdadeira vontade política as nossas ribeiras poderiam converter-se em potentes corredores naturais

Infelizmente, estas valiosas ferramentas jurídicas ficam hoje em dia em água de castanhas a olhos vistos. Mas se houver verdadeira vontade política, acompanhada da necessária sensibilização social, as nossas ribeiras poderiam converter-se em potentes corredores naturais que fossem salvaguarda duma biodiversidade, nunca tão ameaçada quanto nos tempos atuais.

MÚSICA /

Ataque Escampe, na procura da alma

aarón l. rivas
aaronlrivas@novas.gal

As últimas semanas de 2019 fôrom bem intensas para os seis homens que componhem os Ataque Escampe. Algumhas das suas experiências fôrom a sua participaçom no festival Suns Europe com a cançom 'Arder', a estreia do seu último EP 'A Alma', assim como o regresso do seu vocalista original, Álex Charlón, ou a nova incorporaçom de Cibrán Tenreiro na bateria e Julio Vilariño nos sintetizadores. E como toque final, o concerto celebrado durante o Guateque de Inverno no centro social O Pichel de Compostela, lugar que tem acolhido vários concertos deste grupo nas suas primeiras etapas. Com o título 'Adeus aos violentos anos dez', Ataque Escampe aproveitou este evento para apresentar o seu novo trabalho, a nova formaçom e os seus novos sons perante o seu público mais incondicional.

Na manhá em que horas depois haveriam de apanhar o voo para Veneza, primeira escala dessa pequena evasom que foi a sua participaçom no festival Suns Europe na regiom do Friuli, três dos Ataque Escampe [Miguel Mosqueira, Samuel Solleiro e Cibrán Tenreiro] aceitaram um pequeno-almoço durante o qual falar da sua trajetória e destas novas experiências que chegavam pola frente. Às nove da manhá, Miguel, Samuel e Cibrán chegam com poucas horas dormidas, o dia anterior tinham ensaiado até tarde, algum deles ainda com compras pendentes antes da viagem. Faltavam ainda alguns dias para que soasse o seu novo trabalho *A Alma*.

"Estamos sempre a abrir e a fechar etapas", salienta Solleiro ao início da conversa. Efetivamente, quando se ouve um disco novo dos Ataque Escampe se a pessoa é seguidora da sua discografia terá de atravessar um período de adaptaçom às novas inquietaçons musicais que estám a explorar, seja o *soul* ou a experimentaçom com *samplers* de *Violentos Anos Dez,* o bolero em *Noites de Agosto com Ataque Escampe*, a cumbia de *Primeiros Bicos* ou os sons atmosféricos que agora impregnam *A Alma*.

Talvez por esta espécie de ecleticismo musical seja tam difícil enquadrar as cançons dos Ataque Escampe dentro de um estilo ou de umha cena musical concreta dentro da música que se produz no nosso país. Mosqueira salienta que "a nossa é umha situaçom complicada, com os *indies* a acharem que somos institucionais ou nacionalistas, e os nacionalistas a dizerem que somos *indies* ou institucionais, enquanto para a Junta da Galiza somos nacionalistas. Somos um pouco incompreendidos em toda a parte, numha cena musical que se encontra mui segmentada".

Já pouco fica das etapas iniciais do grupo. "Fomos deixando atrás essa etapa mais amadora", expom Samuel Solleiro

Arredor da questom criativa

Ataque Escampe foi medrando com o século XXI. Já pouco fica da sua inicial etapa universitária, ou mais bem pós-universitária, numha Compostela ainda livre de turistificaçom. Hoje, botam a olhada para discos como *Galicia es una mierda*, cujo título fora escolhido mesmo por votaçom popular no seu blogue, e nom se sentem reconhecidos na maioria dessas músicas. Solleiro acha que "fomos deixando para trás essa etapa mais amadora, que digamos que durou até...". Samuel nom consegue precisar o final dessa etapa e os três rim. Qualquer cousa de espírito amador ainda se reconhece presente nas suas cançons. "Umha cousa que fazíamos antes é que a

De esquerda à direita, Álex Charlón, Samuel Solleiro, Miguel Mosqueira, Cibrán Tenreiro, Lois G. Carlín e Julio Vilariño, atuais integrantes de Ataque Escampe.
david silva

letra era prioritária por acima de qualquer outra cousa e agora a música é mais importante. Se a letra nom calha bem com a música é que essa letra nom está bem", salienta Solheiro.

Porém, as letras dos Ataque Escampe, que falam em tratores a trabalhar pola Terra Chá, de festas paroquiais e verbenas com orquestra ou aplicações como o Tinder, continuam a manter a sua força. Mosqueira salienta que na hora de preparar as temáticas das cançons "pensamos bastante em imagens, em situaçons, em pessoas em espaços... em que essa imagem poda ser transmitida e que tenha certa contradiçom interna para que daí saiam significados possíveis. A partir dessa cena, ou situaçom, vais criando umha história e vais falando da personagem e do contexto. Graças ao contexto a pessoa pode sentir-se identificada. Um contexto de algumha maneira exótico, mas também compreensível, pois normalmente situa-se na Galiza". Assim as letras dos Ataque Escampe costumam procurar espaços concretos e reais do nosso país. Por exemplo, as três cançons de *A Alma* estám ambientadas, respetivamente, em Carvalho, Mondonhedo e Vila de Cruzes.

A pegada dos 'Violentos Anos Dez'

O 28 de dezembro Ataque Escampe despedia a década dos anos dez –deixando de lado a polémica sobre a existência do ano zero– com o concerto 'Adeus aos violentos anos dez', umha atuaçom em que, como o seu nome indicava, fôrom revisitadas cançons do *Violentos Anos Dez*, como 'Spiritual 2019', 'Once upon a time: A Terra Chá' ou 'A cabana do Tio Tom'. Talvez *Violentos Anos Dez* representasse um antes e um depois na carreira musical deste grupo. A partir dele percebe-se umha melhoria musical e foi também o disco com o que começárom a fazer-se mais conhecidos na música galega. Solleiro, ainda assim, nom é quem de dizer exatamente o que tinha de especial esse disco. "Tem qualquer cousa de oportuno, no sentido de termos apreendido o discurso próprio do momento, e isso talvez nunca mais o vamos conseguir", reflete.

As cançons de Ataque Escampe costumam desenvolver-se em lugares concretos do nosso país. As três cançons de 'A Alma' estám situadas, respetivamente, em Carvalho, Mondonhedo e Vila de Cruzes

Este trabalho estava cheio de música *soul* e referências à cultura afroamericana, através da qual Ataque Escampe explorava a identidade galega e a sua subalternidade. Porem, houve um momento que resultou polémico: a sua participaçom no programa da TVG 'Tourilandia' a interpretar 'A cabana do Tio Tom' pintados de preto, a jeito dos *minstrel shows* –peças em que artistas brancos pintavam as suas peles de preto e reproduziam estereótipos e prejuízos contra a populaçom afroamericana–. Solleiro salienta que sabiam que os minstrel originais tinham um conteúdo racista, mas a mensagem que se pretendia passar era "que a TVG representa os galegos ao mesmo jeito que o *minstrel* representava a populaçom afroamericana". Assim, lamenta que a mensagem nom fosse entendida e que nom tivesse visibilidade o debate sobre o racismo e os privilégios, que sim que tem aparecido quando se projetava este vídeo em espaços académicos.

Um grupo de seis homens

Na atual conformaçom do grupo, os Ataque Escampe som seis homens acima do cenário. Durante o pequeno-almoço, que se prolonga mais do previsto, também há momento para falar sobre o feito de que o grupo seja um grupo só de homens. "É umha situaçom complicada", exprime Cibrán, "acho que ser só homens é empobrecedor a alguns níveis, mas também é difícil pois semelha que estás dizendo que os homens som de um jeito e as mulheres de outro..., afinal, somos homens heterossexuais, e trabalhas com o que és, com esses privilégios, sendo o mais honesto possível com respeito a isso e sem abusar deles". Tenreiro sim que participou noutras formaçons musicais, como Esposa ou Zara, com mulheres, o que lhe permitiu vir a tomar consciência sobre o machismo nos cenários. "Sermos todos homens na formaçom é um *handicap* mui importante para falar disto, mas acho que se podem fazer cousas para tentar estar do lado que poda fazer que isto evolua para um ambiente mais sano, mais inclusivo nos concertos, com a responsabilidade que poda ter o grupo nisso. Sim que acho que a nível de discurso e nas letras nom se participa da cultura machista, mas isso nom avonda", acrescenta Tenreiro durante a conversa.

A conversa acaba abruptamente. O tempo da manhã foi decorrendo e nos aeroportos os avions nom aguardam por ninguém. No dia seguinte, 'Arder' soará no Friuli pola voz do Álex Charlón, uns dias mais logo, *A Alma* e o videoclip de 'O que pode um corpo' serám difundidas polas redes sociais e dezembro fecharia com a sua despedida da década, que deixa o seu público com vontade e curiosidade das novidades que pode trazer a enésima nova etapa deste grupo. O que podem os Ataque Escampe nunca o saberá ninguém.

A prisom escrita e descrita por mulheres

iratxe retolaza

Muitas das mulheres encarceradas que escrevérom sobre a sua experiência na prisom definírom-se como duplamente oprimidas enquanto mulheres e prisioneiras. Com efeito, a prisom é umha instituiçom que ativa fortemente a regulaçom de género, entre outros tantos mecanismo disciplinares. De facto, na atualidade a prisom é um dos lugares onde a segregraçom de género se instaura com maior rigidez e onde os roles de género estám mais fortemente marcados. Nesse contexto, os estudos antropológicos e sociológicos feministas desenvolvérom múltiplas investigaçons sobre os mecanismos disciplinares patriarcais e sobre as experiências carcerárias das mulheres presas (bem como sobre as suas formas específicas de resistência).

Nas duas últimas décadas, antrópologas, sociólogas e ativistas como Elisabet Almeda, Mary Bosworth, Angela Davis, Dolores Juliano, Estibaliz de Miguel e María Ruiz Torrado criticárom o olhar histórico de Michel Foucault, posto que ao descrever a evoluçom dos sistemas de cativeiro nom atendeu as instituiçons que historicamente mantivérom cativas as mulheres, nem as suas experiências carcerárias específicas. Graças a todos esses trabalhos fôrom detetadas as discriminaçons a que som submetidas as mulheres por parte do sistema penal e penitenciário, como a dispersom territorial, as atividades formativas feminizadas, o regime de visitas orientado ao cuidado ou a ressocializaçom de género.

Solidariedade carcerária e feminista

As prisons regulam as subjetividades das pessoas encarceradas e, para isso, nega-lhes a voz pública e obstaculiza a sua comunicaçom com o exterior. No caso das mulheres presas o silêncio e o isolamento é maior. Portanto, é preciso ativar umha escuita política que reconheça a sua capacidade de agência. Atender a escrita das cativas nom é tanto umha via para aliviar os seus padecimentos como umha maneira de gerar canais para elas puderem colaborar ativamente na descriçom da realidade, na proposta de alternativas ao atual sistema punitivo e no caminho cara a umha sociedade sem prisons. Como reivindicou Angela Davis, é preciso conceber essas capas de violência a que som submetidas as presas para entender as complexidades dos processos de repressom política.

Com esse objetivo, o movimento feminista atendeu historicamente a situaçom das mulheres cativas, posto que em quase todas as jornadas feministas fôrom tratados tanto o machismo do sistema punitivo quanto a prisom como instituiçom patriarcal. No estado espanhol, umha das precursoras da es-

No caso das mulheres presas o silêncio e o isolamento é maior, polo que é preciso ativar umha escuita política que reconheça a sua capacidade de agência

crita carcerária foi Eva Forest: *Diario y cartas desde la cárcel* (1975) e *Testimonios de lucha y resistencia* (1977). Justamente as suas cartas e o seu diário fôrom publicados graças ao apoio do movimento feminista francês, mui ligado na década de 70 à luita anti-franquista e anti-repressiva (lembre-se que o 5 de outubro de 1975 o movimento feminista francês mesmo convocou umha marcha de mulheres contra a repressom franquista).

A maioria das vezes, a escrita de presas que questionárom a instituiçom penitenciária foi publicada graças a coletivos militantes, muitos deles com posiçons feministas: movimentos políticos facilitárom a publicaçom das cartas da prisom de Rosa Luxemburgo (1916) e as memórias carcerárias de Nawal El Saadawi (1983); movimentos culturais promovérom a publicaçom dos poemas da peruana Maga Portal (1940); os movimentos anti-racistas ajudárom a publicar a autobiografia carcerária de Assata Shakur (2001); os movimentos transfeministas articulárom a publicaçom dos textos de prisom de Patricia Heras (2014); o movimento feminista *abertzale* apoiou a publicaçom dos poemas de Ekhine Eizagirre (2016), entre outros casos que poderiam ser referidos.

Como se observa, a maioria dos textos pertencem a pessoas ativistas ou militantes. Mas som poucos os textos publicados de presas mais isoladas, que nom tenhem relaçom algumha com movimentos culturais, sociais e anti-repressivos. As únicas outras vozes femininas que ultrapassárom os muros das prisons fôrom as das pessoas que participárom em obradoiros de escrita organizados na mesma prisom por associaçons sociais, culturais ou educativas. Na Argentina ou no México, por exemplo, nesta última década multiplicárom-se este tipo de obradoiros, sobretodo em prisons de mulheres, porque som atividades que, da perspetiva carcerária, mais ou menos encaixam nas expectativas de género (o testemunho pessoal, a transmissom de sentimentos etc).

Nessa linha destaca o trabalho do coletivo argentino Yo No Fui, que surgiu em 2002 na prisom de mulheres de Ezeiza (Buenos Aires), e mesmo animou as presas a organizarem umha editorial *cartoneira* e autogerida. Ainda que este tipo de obradoiros podem ser cruciais no empoderamento das presas, muitas vezes nom é a via mais eficaz para denunciar o sistema ou para difundir incómodas realidades carcerárias. Complementarmente, graças ao labor de investigadoras feministas, fôrom publicados em trabalhos antropológicos, cartas, apontamentos e diversos textos de presas em situaçons mais vulneráveis, como as migrantes ou as trabalhadoras sexuais.

Escrita e resistência feminista

Nos textos carcerários escritos por mulheres, apreciam-se certas linhas temáticas recorrentes, que aparecem tanto em publicaçons literárias como nos textos compilados nesses trabalhos antropológicos. Mostra-se em muitos deles o desarraigamento familiar, já que enquanto os presos homens costumam expressar que as famílias som o seu apoio e sustento, o sistema agrega às presas o sentimento de culpa por terem abandonado a família. Encontramos também a denúncia da ressocializaçom de género, dado que a maioria dos programas educativos, formativos e laborais estám encaminhados à sua feminizaçom.

Além disso, os textos visibilizam o caráter moralizador das penas impostas às mulheres, posicionadas entre o castigo e o pecado, e denunciam portanto que a sua sançom vai além do âmbito legal: o castigo é imposto por se afastarem dos roles incutidos pola sociedade. Como em toda prisom, a sexualidade está regulada e vigiada, mas para transgredir essa proibiçom e procurar no prazer sexual um espaço de resistência, em muitos textos carcerários as presas elaboram a sua subjetividade sexual, representando relaçons afetivas entre reclusas, desejos eróticos ou a masturbaçom, entre outras vertentes.

Os textos visibilizam o caráter moralizador das penas impostas às mulheres e denunciam que o castigo é imposto por se afastarem dos roles incutidos pola sociedade

Todos estes sujeitos encarcerados, longe de admitir silenciosamente o seu destino, luitam por alçar a voz para, mediante a palavra, gerar espaços de resistência e de rebeliom. Ao mesmo tempo, nas presas a escrita é um ato duplamente subversivo, porque também socavam as expetativas culturais (submissom, docilidade, atitudes de serviço...) que lhes impom o régime de género que as tem encarceradas.

Martín Fernández Calo
historiador

ena barbazán

"O reino suevo foi marginado polo seu difícil encaixe no relato nacional espanhol"

alba moledo
conselho@novas.gal

O historiador Martín Fernández Calo vem de apresentar o seu primeiro trabalho editorial, 'Estado, poder e estruturas políticas na Gallaecia: séculos II a.C.–VIII d.C.', um extenso repasso desde os povos galaicos até aos visigodos.

O teu trabalho, enquanto investigador, centra-se na Gallaecia. Porque este período?

A *Gallaecia* nom é só um período, um intervalo de tempo; mas também, e sobretudo, um lugar no espaço. Toda a investigaçom histórica, por si só, tem que definir um tema de estudo juntamente com umas coordenadas espaciais e temporais. Se nom, é irrealizável. Eu tive sempre, simplesmente, umha inclinaçom pessoal polas épocas antigas, escuras, arcaicas; e em geral polo exotismo. No meu interesse particular influiu ainda ter cursado matérias específicas de história da Galiza na minha licenciatura, o que me ajudou a compreender a riqueza da nossa própria história, o que muitas vezes é difícil de se perceber a partir do público nom especializado.

Como definirias a tua contribuiçom à nossa história?

Tenho especial orgulho em algo tam simples como ter dedicado, igual que a temas clássicos como à conquista romana, capítulos específicos aos séculos III e IV; ou seja, ao Baixo Império, absolutamente marginado por muitos especialistas da história romana, para os que parece nom existirem mais do que as duas primeiras dinastias do Império. Pois essa época é importantíssima. O desenvolvimento das *villae*, o do latifúndio e o do regime senhorial estám aí. Como havemos entender as raízes do feudalismo galego, e, portanto, do mesmo Medievo galego e até da Época Moderna, se nom nos esforçamos em compreender o século III? O meu contributo é o de definir um tema de estudo e em profundar nas fontes históricas e nos debates historiográficos suscitados por elas. O resultado é umha síntese para quase mil anos da nossa história mais antiga, alicerçada sobre as mesmas bases analíticas e os mesmos objetivos: tanto tem se para o Império Romano ou os domínios germânicos; ou mesmo os períodos sem Estado. Numha palavra, dar umha resposta coerente a um tema que, muito embora a sua importância, nunca a tivera.

Atopamos um enfoque mui interessante no espaço dedicado ao reino suevo, quiçá um dos períodos mais desconhecidos da nossa história. Porque esta decisom?

Em primeiro lugar, temos a questom das fontes. Som mui poucas, e embora desde décadas atrás

se tenha vindo a insistir em que a Arqueologia poderia melhorar a situaçom com projetos específicos, o que é verdade é que esta continua, polo geral, atascada a tratar dos seus temas fetiche e orientada para os períodos castrejo e romano. Em segundo lugar, está o currículo académico: em geral, a especialidade tardo-antiga é marginal, quase inexistente na Espanha e Portugal, e os especialistas em história romana e medieval costumam, simplesmente, eludir o tema dos reinos germânicos. Mas todos sabemos que há uma terceira razom de índole política. A investigaçom moderna dos reinos germânicos esteve tradicionalmente ligada a intencionalidades nacionalistas e, frequentemente conservadoras quando nom reacionárias, no contexto da criaçom dos relatos nacionais contemporâneos. Historiadores como Anselmo López Carreira e sobre todo Pablo C. Díaz Martínez têm estudado a forma como o reino suevo foi marginado sempre, simplesmente, polo seu difícil encaixe no relato nacional espanhol. O mesmo importa apontar para o relato nacional português. Mas se o reino suevo nom alcançou um lugar destacado na historiografia galega nom pode ser atribuído só a isto. Antes e depois de nascer o relato nacional espanhol contemporâneo, antes e depois de morrer Franco, houve muitos bons historiadores galegos, mas quase nenhum deixou contributos relevantes para a historiografia do reino suevo. Neste tema pesa mais, sem dúvida, o contributo de autores franceses, alemáns, portugueses ou espanhóis nom galegos, do que galegos. Sobre os reinos germânicos, nom fai falta evocar os mitos raciais e os nazistas: refiramos simplesmente aquilo da lista dos reis godos que memorizavam os alunos da escola franquista. Há melhor exemplo, já nom do conservadorismo, mas da rançosa pedagogia e historiografia dominante? Mas nesta linha, eu tenho a suspeita de que quando desde os anos 1980 se desenvolveu, se se me permite a expressom, um novo consenso *progre* para a história de Espanha, os reinos germânicos foram condenados ao ostracismo.

ena barbazán

> *"Quando desde os anos 1980 se desenvolveu um novo consenso 'progre' para a história de Espanha os reinos germânicos foram condenados ao ostracismo"*

Que aspetos ficam ainda inexplorados dentro da nossa história?

Nas conclusons do meu libro cito treze verdadeiros enigmas, atendidos nos diversos capítulos, mas nem por acaso já resolvidos. Por exemplo, o do *praefectus Callaeciae*, o primeiro cargo com mandato exclusivo para a nossa regiom, que surpreendentemente passa quase desapercebido nos estudos sobre a Galiza romana. Outro exemplo: sabemos que o primeiro grande abandono dos castros, e a consequente origem de algo tam importante para a história do nosso país como a aldeia galega, coincide com a concessom de um privilégio jurídico romano, lá por volta do ano 70 d.C. É muito difícil interligar esses factos, embora todos os que batemos com eles possamos ter suspeitas mais ou menos plausíveis ao respeito. O que sabemos é que as duas cousas ocorreram à vez e intuímos que estiveram relacionadas, mas concretizarmos mais um bocado isso é complexo. Outros enigmas têm a ver com a história eclesiástica. É bem sabido que toda a articulaçom política da Tardo-antiguidade esteve protagonizada polo poder episcopal, e nom é só que nom possamos sequer reconstruir os episcopológios (listas de bispos) de cada igreja, mas que constatamos alguns bispados que nom sabemos nem localizar no mapa! Isso é, se se me permite a comparaçom, como se nom soubéssemos as capitais de província antes de pormo-nos a estudar o regime liberal contemporáneo. O mesmo se pode dizer para o caso das cecas visigodas, das igrejas suevas, das *civitates* romanas. Olhemos para as cecas (centros de emissom de moeda): na *Gallaecia* temos metade das de todo o reino visigodo, o que ninguém consegue explicar, embora a todos nos convença das particularidades do poder local galaico daquele tempo.

Quais fôrom os entraves que encontraste, tendo em conta a dificuldade das fontes?

Na Antiguidade, as fontes som poucas, mas muito mais acessíveis do que na generalidade dos períodos históricos. Essa é a grande vantagem que pode ter um historiador coma mim que só está a começar. Relativamente ao *principatus*, as dificuldades emergem mais da historiografia do que das fontes históricas. É uma instituiçom que chama a atençom, e em geral todo o mundo assume que teve um papel relevante no seu tempo (o trânsito da cultura castreja para a romanizaçom), mas ninguém assumira nunca algo tam óbvio como que, para compreendê-la, era preciso estudá-la. No meu trabalho tomei-me a moléstia de analisar os limites interpretativos que as próprias fontes que documentam os *principes* (duas lápidas, só isso!) imponhem para eles, e a partir daí pesquisar os paralelos históricos noutras regions da Europa e da bacia mediterránica. Eu defendo que o *principatus* galaico é umha chefia étnica, anterior ao desenvolvimento de qualquer estrutura estatal na Galiza, mas mediatizado polo poder romano quando deixou constância epigráfica. Nom pretendo que a minha resposta para o *principatus* seja infalível, mas sim reivindicar uma forma diferente de nos aproximar dele. Algo tam simples como deixar falar às fontes, nom falar por elas. E o dito para o *principatus* vale para qualquer outra instituiçom.

Fotograma do filme 'Longa noite'

'LONGA NOITE' /

Odisseu em Belesar

cris g. parga

Existe umha brincadeira no mundo literário anglosaxón sobre umha autora que vai escrever umha novela distópica e que nos cinco anos que tarda em fazê-lo a distopia torna-se real. Este mecanismo é similar ao que subjaz a *Longa noite*. Desde a primeira linha de guión nom podemos evitar pensar na pertinência e atualidade desses textos de há mais de 60 anos. As imagens pertencem a um nom tempo e um nom lugar, só aquilo que as imbrica com o após-guerra civil espanhol som as obras literárias e testemunhos escritos que as guían. Todo o demais da narraçom estabelecemo-lo os espetadores e as maravilhosas imagens de Eloy Enciso e Mauro Herce. É um cinema que nos fai trabalhar, que nom aceita um consumo passivo, prói no pensamento e fai que agromem semelhanças e extrapolaçons que ferem e doem. Ferem e doem, provavelmente, porque as sentimos mais perto do devido.

Longa noite estrutura-se em três partes, cada umha delas marcada por umha forma da palavra. Na primeira predominam os diálogos e corresponde à chegada do retornado, a sua tomada de contacto com um mundo de que estava afastado, daí o acaído uso da dialética, como sintoma da estranheza do estrangeiro que nom o é realmente: interroga e é interrogado.

Na segunda parte os monólogos tomam protagonismo, e neles Anxo, o retornado, acha a explicaçom de muito do que se passa ao seu redor. Nesta parte do filme o discurso elabora-se em torno a umha palavra que acolhe porque tenta buscar sentido e consegue a identificaçom através do relato da experiência própria: tu és como eu porque me vejo refletido na tua situaçom. Sucede como se a estranheza da primeira parte se estendesse a toda a sociedade. Anxo entende entom que, em certo modo, todos somos retornados e que todos estamos alheados. O monólogo do personagem de Henrique sobre o medo, tomado dumha obra de Rodolfo Fogwilh e parte do monologo de Celsa sobre o ostracismo, dum ensaio de José María Aroca, explicam como funciona a repressom e o que há trás dela. O que fica é um fundo abatimento.

A terceira parte vai da mao dumha voz em off, que reconhecemos como a de Anxo, que lê testemunhos epistolares de presas e presos, enquanto a noite que dava certo acobilho ao retornado vai esvaecendo. A claridade do dia nom afasta os pesadelos da noite senom que lhes outorga realidade, teremos que viver com o negrura interior que nos deixou a longa noite. A síntese do alheamento individual da primeira parte com o alheamento coletivo da segunda parte desemboca numha identificaçom da estranheza, do desacougo e do mau-estar como o algo próprio dos que estamos vendo o filme: passárom 80 anos pero ainda somos capazes de identificar a alongada sombra da longa noite nessas verbas documentais e no negror das imagens.

Cabe perguntar-nos também polas condiçons materiais de possibilidade do filme. Nom só pola disposiçom dumha produçom e umha distribuiçom que assumem responsabilidades mais alem dos lucros, mas também porque estamos diante dum produto afastado da indústria do entretenimento que predomina no cinema. Galiza leva tempo artelhando umha cinematografia própria e ao mesmo tempo diversa que se pode reconhecer com a etiqueta de Novo Cinema Galego. Este pequeno pero efetivo ecossistema permite produçons como *O que arde* e *Longa noite* no 2019, bem como outros exemplos em anos anteriores, o próprio Enciso com *Arraianos* em 2012. Devecemos por confirmar que outro cinema é possível.

CENTROSOCIAIS

COMPOSTELA/
O PICHEL
Santa Clara
CASA DE SAR
Curros Enríquez

VIGO/
A COVA DOS RATOS
Romil
DISTRITO 09
Coia
FAISCA
Calvario
A REVOLTA DO BERBÊS
Rua Real

OURENSE/
CSO A KASA NEGRA
Perdigom
A GALLEIRA
Praça Sam Cosme

SALZEDA DE CASELAS/
O MATADOIRO
Senda do rio Landres

RIBEIRA/
CSA O FERVEDOIRO
Rua Mendes Nunes

LUGO/
CS MADIA LEVA
Serra dos Ancares
CS VAGALUME
Rua das Nóreas

A CORUNHA/
CS A COMUNA
Doutor Ferrant
CS GOMES GAIOSO
Marconi
ATENEO LIBERTÁRIO XOSÉ TARRIO
Gil Vicente

FERROL/
CS ARTÁBRIA
Trav. Batalhons
ATENEO FERROLAN
Magdalena

NAROM/
CS A REVOLTA DE TRASANCOS
Alcalde Quintanilla

ALHARIZ/
CSA CAMBALHOTA
Caminho do Castelo

A GUARDA/
O FUSCALHO
Frente a Atalaia

PONTE D'EUME/
LS DO COLECTIVO TERRA
Boa Vista
CSOA A CASA DA ESTACION
Avda. Ferrol

BURELA/
CS XEBRA
Leandro Curcuny

PONTE VEDRA/
LICEO MUTANTE
Rosalia de Castro
O QUILOMBO
Princesa

CANGAS/
A TIRADOURA
Reboredo

CASTROVERDE/
A CHAVES DAS NOCES
Sam Juliam de Pereiramá

SÁRRIA/
BURIL
Travessia da Rua Nova

O QUE FAZER?

PALESTRA E ASSEMBLEIA ABERTA SOLIDÁRIA COM AS ENCAUSADAS NA OPERAÇOM JARO. Algumhas das encausadas nesta operaçom contra o indepentismo organizado em Causa Galiza e Ceivar falarám da situaçom do processo na Audiência Nacional.
LOCAL DA 'UNIÓN DE MUCHACHAS' RUA PRINCIPAL 99, BOIRO.
SEXTA-FEIRA 31 DE JANEIRO ÀS 19.30H

UMHA OUTRA CORUNHA ATRAVÉS DA SUA TOPONÍMIA. Palestra do filólogo Iván Méndez sobre a perda da toponímia tradicional nesta cidade.
CS GOMES GAIOSO, A CORUNHA
SEXTA-FEIRA 31 DE JANEIRO ÀS 20.30H

ROTEIRO DECONSTRUIR O FRANQUISMO. A cooperativa Rexenerando oferece um passeio para achegar-nos aos símbolos da ditadura em Compostela e reflexionar sobre a sua gestom social e política.
ALAMEDA, COMPOSTELA.
SÁBADO 1 DE FEVEREIRO ÀS 11H

DOMINGOS LILÁS. A Rede Feminista de Sada impulsa atividades durante todo o ano no último domingo de cada mês onde se abordarám temas com perspetiva de género. A convocatória de fevereiro girará arredor do assédio escolar e a educaçom sexual em menores.
CAPELA DE SAM ROQUE, SADA.
DOMINGO 23 DE FEVEREIRO ÀS 12H

isto nom é um periódico

nas tuas maos tes umha ferramenta
feita com o trabalho de muitas pessoas que cada mês fam a sua achega à construçom dum meio próprio, que acompanhe a galiza que se move e abra fendas nas estreitas paredes do discurso dos poderes.

mas esse trabalho, do jornalístico à distribuiçom, move-se graças ao motor da nossa comunidade de leitoras. desde a aposta firme na independência informativa, as subscriçons som a garantia de mais e melhor informaçom crítica, mais e melhor novas da galiza.
por isso, está também na tua mao.

fai-no possível
em www.novas.gal/loja

Ana Moreiras
professora

miguel de lira

“Ao escrever descobrim que saía a nena labrega”

raquel c. pérez
raquelceciliaperez@novas.gal

Em dezembro de 2019 viu a luz ‘Madialeva’, o primeiro romance gráfico da licenciada em Física de Partículas e docente em Tecnologia, Ana Moreiras. Moreiras, que desenha desde criança, introduze nesta obra onze relatos protagonizados por mulheres dumha aldeia de Friol, Miraz. Falamos com ela, via telefónica, de ‘garito’ a ‘garito’.

‘Madialeva’ começa com um texto em que explicas que houvo experiências vitais que te levárom a querer escrever este relato.

Referes-te à endometriose, nom é? Conto-o porque é umha doença mui invisibilizada e que padecemos muitas mulheres. Dá-me arrepio como a sociedade trata de evitar o tema, nomeadamente, a respeito da dor e da esterilidade. Principalmente em relaçom à esterilidade, achei muito estigma. Eu tentei ficar grávida, nom é que tratasse de ter umha família numerosa, mas produze dentro de ti sentimentos que ignoravas. Fum consciente de quanto significava vitalmente. Aí comecei a necessitar ter essa descendência, essa continuidade do relato. Necessitava sacá-lo fora, falar da esterilidade e fazer algo positivo disso, criativo e positivo, com um matiz alegre.

Essa alegria percebe-se no relato. Denúncias o machismo ou o caciquismo do rural, mas também falas de laços entre mulheres que luitam, que se ajudam a combatê-los.

O livro nom nasce como um produto de luita feminista, mas no momento em que escreves e situas a focagem nas mulheres, sendo ti a narradora, como mulher há histórias que só podem ter esse tom. Eu precisava, efetivamente, contar esse relato desse ponto de vista. Lim muito o rural, a Vilas, a Xabier Alcalá, e tinha interiorizado esse neno labrego, mas como quando és pequena e jogavas aos marcianos, à série V, e querias ser o ‘prota’ masculino. Ao começar a escrever descobrim que saía a nena labrega, com o seu ponto de vista, as suas emoçons femininas e também as suas reivindicaçons. Eu, tanto dum lado da família quanto do outro, estou orgulhosa das mulheres presentes e que tenho trás de mim. Nom fôrom mulheres submissas e nom me educárom como uma pessoa submissa.

Essas mulheres de que falas chegárom a ler os teus relatos?

Estám nisso. Os contos partem de três, umha delas é a minha mae, que nom sae na capa, mas sim nalgum dos intertítulos; é loira, mui sueva. Ela, assim como umha prima minha, sim que leu os relatos e tivo umha batalha de sentimentos. Por umha banda, sentia emoçom e tenrura, por outra, umha sorte de pudor ou vergonha de ter vivido tam escrava de determinadas estruturas; mas também coragem, valentia. Tivo algum ataque de pânico com histórias que identificava e que tinham desenlaces que a ela lhe pareciam terríveis, como um aborto. Eu tivem que explicar-lhe que nom conduze a nada julgar o passado desde o presente, o que viveu foi fruto dumha conjuntura que nom vivemos atualmente. “Mamá, que se ficciona!”, dizia-lhe, “porque eu escuitava, mas também engadia finais alternativos da minha colheita”.

Como transcorrérom as apresentaçons?

Faltou o *feedback* da gente com quem falei, porque nom leram a obra, mas foi emocionante na mesma, em todos os casos. Notei olhadas brilhantes em todas elas, com orgulho mesmo sem o ter lido e isso é emocionante! Passei algo de pudor; eu som professora, nom perita na matéria, e dá apuro. Som leitora de BD, mas nom profissional; som usuária da aldeia, mas nom me criei integramente nela. Todo o que ataco neste romance é desde a humildade.

Antes rouco

Carlos Quiroga

Aeroporto Sá-Carneiro, carrinha da TAP, quatro passageiros a Santiago. Da conversa, três procedem dos EUA: um par de prováveis jubilados, 1ª fila direita diante; outra mulher algo mais jovem na 3ª esquerda. Duas filas por trás, o narrador calado que volta da África. Na primeira hora os da frente repassam décadas de vida dura que acabam em famílias colocadas. A peripécia da mais jovem ganha protagonismo ao confessar em detalhe cornos e malheiras aturadas polos filhos. O varom da frente, *Claro, que vai fazer umha mulher*, ao que junta a do lado *Aguantar*. Até às facadas mortais. Polícia e justiça enjaulando o animal a salvaram. Na segunda hora o varom aborda o mal que está todo aqui. Ocupam casas, roubam, coladeira de emigrantes. Onde vamos parar, antes nom passava. Os malignos da coleta. A maltratada dissimula-se em *Romántica, te engañan,* lhe diria o amigo que a amparava nos tempos da humilhaçom. O varom assegura que esse Abascal, de quem sabe o nome, nom engana.

Na terceira hora a perplexidade do narrador é já furor calado. O jubilado testifica a vergonha de ir aqui ao hospital e ver como atendem antes a chusma de fora. A senhora do lado aproveita para mentar a família de negros que viu passeando nas festas de Ribeira no ano passado, *Tan tranquilos, oye*. Aí o narrador dissimula a raiva com desculpa por finalmente intervir e por cima do barulho surdo do motor pergunta se sabem onde tínhamos ido realmente parar, aqui, desde os tempos em que marcharam, como os pais dele tamém tentaram na Suíça. E o quê eram eles nos EUA. O varom corta qualquer ironia impossível, *Sabemos o que passa, alá vemos a televisom*, cala a boca. Mas o narrador já nom cala. E chega rouco. Desolado. Deveu-lhe dar pena até à condutora da carrinha, que o anima ao entregar a mala, *Ui às vezes melhor calar a boca*.